



UC/FPCE _ 2016

Universidade de Coimbra

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Representações mentais da violência entre íntimos: estudo das ideologias associadas ao género.

Marina Sofia Dinis Santos (marinadinissantos@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde – Subárea de especialização em Psicopatologia e Psicoterapias Dinâmicas.

Sob a orientação do Professor Doutor Rui Paixão

Representações mentais da violência entre íntimos: estudo das ideologias associadas ao gênero.

Resumo: O presente estudo teve como principal objetivo perceber se as representações mentais sobre violência entre parceiros íntimos estão associadas a atitudes sexistas, patriarcais e à legitimação da violência entre íntimos. O estudo realizou-se numa amostra da população geral, constituída por 90 indivíduos do sexo masculino e 110 do sexo feminino. Para este efeito foram utilizadas seis escalas diferentes para analisar as atitudes sobre os papéis de gênero, as atitudes sexistas, a legitimação da violência entre íntimos, assim como a prevalência da perpetuação e vitimização de abusos nas relações íntimas.

Os resultados obtidos mostram que as mulheres têm atitudes mais igualitárias que os homens. Por sua vez, quanto maior a escolaridade dos indivíduos maior o igualitarismo.

Relativamente às atitudes sexistas os resultados evidenciam que os homens revelam maior sexismo hostil e benevolente face as mulheres, e estas maior hostilidade e ressentimento face aos homens. O sexismo encontra-se associado à legitimação da violência. Por seu turno, a agressão psicológica e a coerção sexual perpetrada por homens é mais prevalente, como também são os homens quem mais justificam o uso da violência.

Palavras-chave: violência entre íntimos; sexismo, atitudes igualitárias; legitimação da violência

Mental representation of violence between intimate partners: study of the ideologies associated with gender.

Abstract

The present study had as main purpose to understand if the mental representation of violence between intimate partners are associated with sexist attitudes, patriarchal and violence legitimization in the couple intimacy. The study used a sample of the general population constituted by 90 males and 110 females. We used six different scales to analyze attitudes about gender roles, sexist attitudes, violence legitimization between intimate partners and the prevalence of abuse perpetuation and victimization in intimate relationships.

The results show that women have more egalitarian attitudes than men. On the other hand, the higher the education, the greater the egalitarian attitudes.

Relating to sexist attitudes, results show that men reveal more hostile and benevolent sexism towards women and women appear to reveal more hostility and resentment towards men. Sexism is associated with violence legitimization. In turn, psychological aggression and sexual coercion by men is more common in our sample, as well as justification of violence use.

Key-Words: violence between intimate partners; sexism; egalitarian attitude; violence legitimization.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Rui Paixão pela orientação, disponibilidade e por todos os conhecimentos transmitidos que permitiram a realização deste trabalho.

A todos os que se disponibilizaram a colaborar e participar na presente investigação, tornando possível a sua realização.

Aos meus pais, avós e irmão pelo apoio e mimo ao longo de todo o meu percurso académico, sobretudo este último ano. Sem vocês tudo seria mais difícil e optar pelo caminho da desistência seria a solução mais tentadora. Obrigada por acreditarem em mim.

A ti Inês, por seres aquela amiga de sempre e para sempre. A tua presença foi fundamental em todo o meu percurso académico: o teu apoio e o orgulho demonstrado por mim foram essenciais para chegar a esta etapa final.

À minha madrinha Diana, por se ter revelado uma das melhores coisas que a vida académica me proporcionou. Foste incansável, especialmente neste último ano, estiveste sempre por perto com uma palavra de incentivo, um maminho, um abraço, um sorriso. *“Uma afilhada também chora quando percebe que para além de ter a melhor madrinha, ganha uma amiga pra vida”*.

A ti Vanessa, um obrigado não chega: foste uma das pessoas que mais contribuí-o para eu chegar até aqui, a tua ajuda foi fundamental (sem ti o spss teria sido um bicho-de-sete-cabeças para mim). Para além de toda ajuda ao nível académico, o mais importante ao longo deste tempo foi a tua amizade e todos os bons momentos que partilhamos. Grata por tudo!

À minha afilhada Catarina, por me transmitir que podemos tornar o mundo num sítio melhor, basta querermos. Grata pelo teu carinho, apoio e por seres um presente na minha vida.

À minha família de praxe (Vânia, Sandra, Mariana, Telma, Daisy), por todos os bons momentos vividos, pelo vosso constante apoio e carinho ao longo destes cinco anos. Obrigada por cada abraço, sorriso e por darem mais encanto à minha Coimbra.

Aos meus colegas de Mestrado, que partilharam comigo este último ano de trabalho, desejo as maiores felicidades no futuro.

A todas as pessoas que não mencionei individualmente mas que não deixam de ser importantes, agradeço-vos pelas palavras de carinho e apoio constante. Obrigada por marcarem a minha vida e me ajudarem a ser mais e melhor.

Índice

Introdução	1
I. Enquadramento Conceptual	2
1.1. Violência entre íntimos.....	2
1.2. Tipos de Violência.....	2
1.3. Modelos explicativos para o uso da violência.....	4
1.4. Crenças que legitimam a violência.....	5
1.5. Diferença entre o constructo de sexo e género: estereótipos e comportamentos associados aos homens e às mulheres.....	6
1.6. Influência das ideologias socioculturais: Patriarcalismo e Feminismo no uso da Violência entre íntimos.....	7
1.6.1. Educação parental e violência entre íntimos.....	8
1.6.2. Ideologia sexista e crenças sobre o papel do homem e da mulher.....	9
II. Objetivos	11
III. Metodologia	11
3.1. Descrição da amostra.....	11
3.2. Instrumentos.....	12
Questionário sociodemográfico.....	12
Inventário de Sexismo Ambivalente (ASI).....	13
Inventário de Ambivalência em relação aos homens (AMI).....	13
Escala Sobre Crenças Sobre Violência Conjugal (E.C.V.C).....	14
Escala de Táticas de Conflito Revistas (CTS_2).....	14
Escala de atitudes em relação à mulher (AWS-PT).....	15
3.3. Procedimentos de Investigação.....	16
3.4. Procedimentos Estatísticos.....	16
IV. Apresentação dos Resultados e Discussão	17
4.1. Estudo Psicométrico da escala AWS--PT: tradução, estrutura fatorial e consistência interna.....	17
4.2. Estudo sobre Representações mentais da violência entre íntimos	19
4.2.1 Análise da influência das respostas à escala de Atitudes em relação à Mulher (AWS) em função do sexo.....	19
4.2.2 Análise da influência das respostas à escala de Atitudes em relação à Mulher (AWS) em função das habilitações literárias.....	19
4.2.3 Associação entre a escala das Atitudes em relação à Mulher (AWS) e a Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (ECVC).....	20
4.2.4 Análise da influência da variável sexo na resposta ao Inventário de Sexismo Ambivalente (ASI) e ao Inventário de Ambivalência em relação ao Homem (AMI).....	21
4.2.5 Associações entre os Inventários de Sexismo Ambivalente (ASI), Inventário de Sexismo ambivalente em relação aos homens (AMI) e a Escala de Crenças sobre violência Conjugal (ECVC).....	23
4.2.6 Influência do Sexismo Ambivalente (ASI) e do Sexismo Ambivalente em relação aos homens (AMI) nas Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC).....	24
4.2.7 Análise da influência da variável sexo na resposta a Escala de Crenças sobre violência Conjugal (ECVC).....	27
4.2.8 Estratégias de Resolução de conflitos: Prevalência e cronicidade do abuso considerando a variável sexo do participante (CTS_2).....	28
Conclusão	30
Bibliografia.....	32
Anexos.....	40

Introdução

A violência entre parceiros íntimos (VI) é um problema social e de saúde pública (Stalans & Ritchie, 2008) que, frequentemente provoca um impacto negativo no bem-estar emocional e social da vítima, bem como da própria família e efeitos adversos nas competências parentais (WHO, 2010). Apesar de mais de 30 anos de intervenção e prevenção sobre a VI, este problema continua a merecer uma preocupação para a saúde pública (Krebs, Breiding, Browne, & Warner, 2011).

Atualmente, este fenómeno de violência entre parceiros íntimos tem uma grande visibilidade, no entanto, persistem ainda atitudes sexistas e tradicionalistas sobre os papéis do homem e da mulher toleradas pela sociedade, que podem estar associadas a uma maior probabilidade de agressão (Casique & Furegato, 2006; Caridade, 2011; Machado, Manita, Abrunhosa, & Martins, 2012).

Segundo Johnson (1995), devido aos valores enraizados nas culturas patriarcais, onde os homens controlam as mulheres, assiste-se a um predomínio da violência masculina. Esta ideia é sublinhada pela ideologia feminista, que defende que a violência se relaciona com a disparidade de poder entre os membros do casal, onde as mulheres são obrigadas a permanecer num estado de submissão (Ali & Naylor, 2013; Nogueira, 2001). Por outro lado, existe a conceção de igualdade na perpetuação da violência, isto é, tanto homens como mulheres podem fazer uso da agressão (Archer, 2000; Stets & Straus, 1990).

Karakurt e Cumbie (2012) criaram a hipótese de que as atitudes sexistas, como a falta de atitudes igualitárias e um maior grau de sexismo hostil e benevolente, poderiam estar relacionados tanto com o próprio, como com o parceiro de relacionamento agressivo. Concluíram que as mulheres que tinham valores igualitários mais elevados e baixos valores sexistas hostis e benevolentes eram as mais propensas a relatar a ocorrência de agressão no relacionamento. Por outro lado, os homens perpetuaram mais a ideia de agressão como forma de reafirmar o seu controlo.

Ao longo do enquadramento conceptual que se segue, são explicitados estudos empíricos e perspectivas teóricas que sustentam a relação entre violência entre íntimos e a influência das ideologias socioculturais que podem explicar ou legitimar o uso da violência contra o parceiro(a).

Deste modo, neste estudo o objetivo global é perceber se ainda persiste uma relação entre as representações que os indivíduos têm sobre a violência entre íntimos e as ideologias socioculturais (i.e. ideologia patriarcal) considerando o sexo e a educação.

I. Enquadramento Conceptual

1.1. Violência entre íntimos

A violência entre íntimos é muitas vezes vista como sinónimo de “violência doméstica”, “violência contra a mulher”, mas embora estes termos possam estar interligados, abrangem âmbitos distintos (Debert & Gregori, 2008). Por conseguinte, importa salientar e clarificar as definições específicas de cada um destes conceitos. Assim, o termo “violência doméstica” foi definido pelo Conselho da Europa de 2011, na convenção para a “Prevenção e combate da violência doméstica contra as mulheres e violência doméstica”, como um comportamento *envolvendo “(...) todos os atos de violência física, sexual, psicológica ou económica entre cônjuges ou ex-cônjuges, ou entre companheiros ou ex-companheiros, quer o agressor coabite ou tenha coabitado, ou não, com a vítima”* (Conselho da Europa, 2011, p.4). O termo “violência contra a mulher” é definido pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 2005) como: *“(...) qualquer ato de violência de género que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual ou psicológico à mulher, incluindo ameaças de atos violentos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, ocorrida em público ou na vida privada.”* (WHO, 2005). A violência entre íntimos (VI), por outro lado, como referem McHugh e Frieze (2006), refere-se a um ataque por parte de um dos parceiros no contexto de uma relação íntima, incluindo a coerção física, psicológica ou sexual. Brossie, McCann e Roberto (2014), acrescentam que a VI pode acontecer entre namorados, cônjuges, ex-cônjuges ou noutra tipo de relacionamentos, independentemente da idade, sexo, etnia, estatuto socioeconómico, podendo assumir várias formas. Deste modo, o conceito de “violência entre íntimos” é mais abrangente, incluindo todos os tipos e/ou formas de violência em diferentes contextos relacionais e por essa razão tem vindo a ser um dos conceitos mais utilizados neste âmbito (McHugh & Frieze, 2006).

A VI é um problema social significativo e persistente em todo o mundo (Karakurt & Cumbie, 2012). No contexto português, o recente relatório do Ministério da Administração Interna relativo ao ano de 2013 faz referência a 27318 casos denunciados, onde 86% das vítimas eram mulheres e 10-11% homens. Por sua vez, parece existir um aumento dos casos de violência conjugal no primeiro semestre do ano de 2014: com mais de 291 casos que o ano de 2013 (DGAI, 2014).

1.2. Tipos de Violência

A VI pode assumir diferentes formas de violência incluindo a física, psicológica, sexual, económica (Fisher & Zink, 2006) ou *stalking* (Huss, Noris, & Palarea, 2011). A violência física *“(...) consiste no uso da força física com o objetivo de ferir/causar dano físico ou orgânico,*

deixando ou não marcas evidentes.” (Manita et al., 2009, p.17). A violência psicológica define-se como “(...) *um padrão de comunicação, quer verbal ou não verbal, com a intenção de causar sofrimento psicológico na outra pessoa, ou que é percebido como tendo essa intenção*” (Straus & Sweet, 1999, p.347). Esta pode expressar-se em comportamentos de desprezo, insulto, humilhação da vítima em público ou em privado, destruição de objetos com valor afetivo para esta, crítica de todas as suas ações e a sua forma de ser. O abuso sexual é “(...) *toda a forma de imposição de práticas de cariz sexual contra a vontade da vítima (e.g., violação, exposição a práticas sexuais com terceiros, forçar a vítima a manter contactos sexuais com terceiros, exposição forçada a pornografia, etc.), recorrendo a ameaças e coação ou, muitas vezes, à força física para a obrigar.*” (Manita, 2009, p. 19). O abuso ou violência económica é uma forma de controlo através da qual o agressor inibe o acesso da vítima a bens e ao dinheiro (Manita, 2009). O *stalking* é definido como “ *Um padrão de comportamentos de assédio persistente que pode ser materializada em diversos tipos de comunicação, entrar em contacto, perseguir e monitorizar uma pessoa*” (Ferreira & Matos, 2013, p.393). No estudo Huss e Noris (2011), testaram a relação entre violência entre íntimos e comportamento de perseguição (i.e. *stalking*). Os resultados mostraram uma correlação significativamente alta entre VI e o comportamento de perseguição, assim como elevados níveis de psicopatologia dos stalkers (i.e. perseguidores).

De um outro ponto de vista, a violência pode ser classificada como terrorismo íntimo, resistência à violência, controlo violento mútuo e violência situacional (Johnson, 2006b). O terrorismo íntimo é o uso da violência por parte de um dos parceiros para conseguir obter o controlo do outro(a) parceiro(a), sendo tal controlo exercido a longo prazo e em várias áreas da sua vida, acabando por isolar o parceiro(a). A resistência à violência pode surgir como consequência do terrorismo íntimo. Desta forma, segundo o mesmo autor, a resistência à violência pode ser definida como o uso da violência por parte da vítima contra o agressor, como uma forma de autoproteção e tendo por base um conjunto variado de motivos e/ou expectativas (e.g. a vítima achar que se contra atacar o parceiro, isso vai impedi-lo de a atacar mais; mostrar ao parceiro a reprovção do seu comportamento na esperança de que as agressões parem). O controlo violento mútuo caracteriza-se pelo uso de comportamentos controladores e violentos por ambos os elementos da relação íntima (Johnson, 2006a). Este tipo de violência é classificado, segundo o mesmo autor, como violência relacional simétrica. Por outro lado, Friend, Bradley, Thatcher e Gottman (2011) denominam este conceito como violência situacional do casal em que existe a agressão física entre parceiros, constituída por uma violência de baixo nível, naturalmente recíproca e menos frequente. Por último, a violência situacional, sendo considerada a mais comum, segundo Johnson (2006b), constitui-se na sequência de um contexto pontual do relacionamento, não estando inserida numa vivência de exercício de poder ou controle de qualquer um dos parceiros para com o

outro. Assim, corresponde a atos violentos não repetidos que, por norma, podem resultar de um conflito fortuito no contexto familiar que leva ao uso momentâneo da violência. Neste contexto, este tipo de VI pode acontecer como uma forma de expressar a raiva ou frustração, de causar danos no(a) parceiro(a), ou, ainda, de tentar ganhar uma discussão usando força física (Johnson, 2006b).

1.3. Modelos explicativos para o uso da violência

Walker (2009) defende que violência entre íntimos pode tornar-se muitas vezes num ciclo vicioso, ocorrendo em três fases. A primeira fase é caracterizada por uma gradual escala de tensão, o parceiro(a) tenta acomodar os comportamentos cada vez mais controladores e emocionalmente abusivos do parceiro(a), mas sem sucesso. A segunda fase é a explosão da violência propriamente dita, dando origem a agressão física e/ou verbal. A terceira fase é a da lua-de-mel, onde o agressor sente arrependimento e reconhece que agiu mal e dá esperanças de que tudo vai mudar. Deste modo, é muito comum que o agressor tenha, depois dos atos violentos, um comportamento mais afável e amável para com a vítima, ajudando esta nas tarefas.

Segundo Walker (1985;1989), este ciclo afeta a capacidade das mulheres perceberem a possibilidade de sair da relação de violência com sucesso, acreditando que qualquer ação não irá gerar resultados positivos. Consequentemente, isto leva a que a mulher não saia da relação, a não ser quando percebe uma situação de perigo extremo (i.e. situação de vida ou morte) (Walker, 1989). De salientar que os indivíduos, especialmente as mulheres, que viveram situações de perda de controlo ou desamparo na infância serão mais vulneráveis a sofrer abusos físicos ou sexuais na vida adulta (Ali & Nalyor, 2013).

Neste contexto, a teoria dos recursos (Allen & Straus, 1979; Goode, 1971), sugere que o uso da violência ocorre em grupos sociais com baixo estatuto socioeconómico, o que acontece por falta de recursos legítimos para alcançar o poder de outro modo (e.g. prestígio, estatuto social). O estudo de DeMaris, Benson, Fox, Hill e Judy (2003) parece constatar isso mesmo ao verificar que os homens violentos apresentam maiores défices de recursos, como rendimentos, educação e estatuto profissional. Noutros estudos (Anderson, 1997; Greer, Benson, DeMaris & Judy, 2002) concluiu-se que as mulheres com rendimentos mais elevados do que os seus maridos também correriam um risco maior de serem agredidas por eles. Igualmente, Macmillan e Gartner (1999) afirmaram que em situações onde a mulher têm emprego e o homem não, elas correm um maior risco de sofrer violência por parte dos maridos. No entanto, segundo Atikson et al., (2005), esta teoria é criticável, porque postula que o uso da violência prende-se com a falta de recursos, ignorando as ideologias tradicionais de género e a cultura como possíveis fatores para justificar o comportamento violento do homem para com a mulher (Atikson et al., 2005).

Para a compreensão da VI, o modelo teórico ecológico de Bronfenbrenner (1977, 1986) tem sido amplamente empregado por autores como Heinse (1998) e Dutton (2006). Assim, este modelo postula que o comportamento é modelado pelas interações dos indivíduos com o seu meio social e com os vários níveis de organização social (Ali & Nalyor, 2013). O modelo ajuda a entender quais fatores influenciam o comportamento do indivíduo, percepcionando a existência de uma tendência para a perpetuação da violência ou aceitação da mesma. Existiriam assim quatro níveis ou fatores que podem explicar o uso do comportamento violento. O primeiro nível seria o individual (i.e. microsistema) que abarca fatores biológicos e pessoais, tais como: idade, sexo, educação, rendimentos, problemas psicológicos, interações entre o indivíduo e os familiares, tendências agressivas e abuso de substâncias (Ali & Nalyor, 2013). O segundo nível seria o das relações (i.e. o mesosistema) que engloba a família, o parceiro íntimo, os amigos. Este nível explicaria o contributo do papel das relações para o risco de perpetuação ou aceitação da violência (Ali & Nalyor, 2013). O terceiro nível seria o papel da comunidade (i.e. o exosistema) que avalia onde a pessoa vive, como se desenvolve e interage nas relações com os colegas de trabalho e amigos e como reage ao *stress* decorrente do trabalho. Este nível permite percepcionar o que pode levar ao aumento do risco de uma pessoa cometer ou sofrer atos violentos (Ali & Nalyor, 2013). O último nível seria o social (i.e. o macrosistema) constituído pelas estruturas e sistemas sociais da sociedade e da cultura onde o indivíduo vive.

Este nível inclui também os papéis e as responsabilidades dos pais, as normas sociais, as estruturas económicas e da saúde e como isso afeta a vida das pessoas (Ali & Nalyor, 2013).

Desta forma, para uma melhor compreensão da VI, todos os níveis e fatores devem ser vistos e considerados em simultâneo (Ali & Nalyor, 2013).

1.4. Crenças e mitos sociais que legitimam a Violência

A VI é reforçada em parte pelas estruturas sociais, normas, cultura, valores e fatores biológicos, originando mitos e crenças que podem por vezes levar a legitimação da violência (Neto et al., 1999; Casique & Furegato, 2006).

Casique e Furegato (2006) mencionam crenças e mitos que a sociedade refere como legitimadores da violência: (i) a violência ocorre em estratos sociais baixos, onde prevalece a pobreza e a baixa escolaridade; (ii) os episódios de violência são causados pelo álcool e drogas; (iii) o homem não consegue controlar os seus impulsos; (iv) o agressor é um doente mental; (v) o agressor é violento em todas as suas ações e relações interpessoais; (vi) as mulheres devem ficar com os seus parceiros sob qualquer circunstância, para que os filhos possam crescer com o pai; (vii) as mulheres maltratadas podem abandonar o lar no

momento que desejam; (viii) as mulheres gostam de sofrer; (ix) a situação da mulher vai mudar, é apenas uma questão de tempo, há que esmerar-se e ser mais compreensiva; (x) a mulher não tem como escapar da violência; (xi) se não existe ciúme entre o casal, não existe amor; (xii) se o homem violento se arrepende ou pede desculpa, isso permitirá que altere a sua conduta violenta; (xiii) bater é prova de amor; (xiv) o lar é um espaço privado, onde ninguém deve interferir; (xv) a violência é natural, sempre existiu e vai continuar a existir.

Analisando as crenças acima mencionadas, percebe-se que a investigação tem-se focado mais na mulher enquanto vítima e menos na mulher enquanto perpetradora de violência na relação íntima (Busch & Rosenberg, 2004), dadas evidências que demonstram a probabilidade das mulheres relatarem mais episódios do uso da violência nas suas relações do que os homens (Archer, 2000). Em contrapartida, segundo Rhatigan (2011) diversos estudos têm mostrado que a violência perpetrada pelas mulheres é menos estável e com menores atribuições de culpa e responsabilidade do que a praticada por homens. Num estudo de Lehmann e Santilli (1996), com estudantes universitários de psicologia, os resultados mostraram que a violência por parte dos homens era mais estável ao longo do tempo e que se devia a características negativas de personalidade, enquanto a violência cometida pela mulher era mais frequente em eventos situacionais (e.g. casos de autodefesa).

1.5. Diferença entre o constructo de sexo e género: estereótipos e comportamentos associados aos homens e às mulheres

Nos anos 70 surge o conceito de género, devido à excessiva importância dada ao determinismo biológico das diferenças entre sexo físico e psicológico (Nogueira, 2001). Este conceito foca a problemática da construção social, isto é, o género como correlativo de um conjunto de significados que se organizam e tem consequências práticas ao nível social, originando expectativas e comportamentos socialmente esperados para cada sexo (Dias & Machado, 2008). A ideia que subjaz é que a análise das diferenças entre homem e mulher devem ser vistas tendo em conta o pensamento social e cultural, as instituições sociais (e.g. educativas, políticas) e as relações familiares e interpessoais (Giddens, 1997 citado por Dias & Machado, 2008), para além do sexo propriamente dito de cada uma destas personagens; considerado como uma identidade biológica do indivíduo (e.g. homem-macho, mulher-fêmea) (Dias & Machado, 2008). Assim, como mencionado anteriormente, o género é encarado não como um atributo dos indivíduos, mas como um sistema de significados, o processo que cria as diferenças sexuais e a forma como se equaciona o poder. Pode ser compreendido em termos de um sistema que funciona em três níveis: o social, o interpessoal e individual (Nogueira, 2001). O primeiro nível o social está relacionado com as relações de poder e com as ideologias culturais criadas pelas sociedades, em que o homem detém maior poder e controlo sob as leis e o

poder público. Este nível relaciona-se com o nível interpessoal pois as distinções feitas entre homens e mulheres demarcadas pelas estruturas sociais acabam por ser aceites, levando as pessoas a assumirem os traços e comportamentos normativos para cada sexo segundo a sua cultura (Crawford, 1995). Assim, o comportamento do homem e da mulher é interpretado de maneira diferente nas interações sociais, mesmo que possam apresentar um comportamento semelhante (Crawford, 1995). O nível individual prende-se com a dicotomia associada ao género, em que uma pessoa é classificada como “ masculino” ou feminino”. Por seu turno, esta tipificação leva a construção de papéis normativos, em que por exemplo a mulher aceita e internaliza a ideia de subordinação e desvalorização (Crawford, 1995). Originando, assim, uma assimetria de género, em que a mulher é vista como fraca e vulnerável ao nível social e sexual e o homem como dominante (Dias & Machado, 2008).

O estudo de Karakurt e Cumbie (2012) analisou a relação entre o igualitarismo, dominância e a VI, no contexto da dinâmica dos casais, concluindo que as mulheres revelaram mais atitudes igualitárias ao passo que os homens mostraram mais atitudes sexistas e necessidade de autoridade recorrendo com maior frequência à agressão física.

Para a diferenciação entre homem e mulher contribuem também os estereótipos que se sobrepõem de uma forma evidente aos critérios biológicos e onde assumem um significado mais sociocultural. Estes estão associados a categorias sexuais de atributos, características e comportamentos (Neto et al., 1999). Os estereótipos de género são um subtipo dos estereótipos sociais e são definidos como um conjunto de crenças estruturadas acerca dos comportamentos e características particulares do homem e da mulher (Six & Eckes, 1991). Dentro dos estereótipos de género temos os estereótipos de papéis de género e os estereótipos de características de género. Os estereótipos de papéis de género relacionam-se com as crenças sobre a partilha de tarefas apropriadas para homens e mulheres, referindo-se aos estereótipos de características de género como traços psicológicos que diferencialmente se atribuem a ambos. Em resumo, podemos afirmar que os estereótipos de género incluem representações generalizadas e socialmente valorizadas sobre o que homens e mulheres devem ser (características de género) e devem fazer (papéis de género), tanto as características como os papéis de género tornam-se indissociáveis (Neto et al., 1999).

1.6. Influência das ideologias socioculturais: Patriarcalismo e Feminismo no uso da violência entre íntimos.

A ideologia patriarcal é uma forma de organização social que sugere a dominação masculina sobre a mulher (Anderson, 1988 citado por Sugerman & Frankel, 1996). Uma das assunções dentro desta ideologia é que o uso da força seria uma forma de dominação sobre a mulher. Esta assunção é justificada pelo facto de ser reconhecido ao homem o seu poder e autoridade sobre a mulher (Sugerman & Frankel,

1996). Por conseguinte, Sugerman e Frankel (1996) sugerem que a violência contra as mulheres pode dever-se à aceitação das ideologias tradicionalistas de género que servem para manter a subordinação das mulheres, constituindo isto uma fonte primária de violência contra a mulher. Por exemplo, em Portugal, antes do 25 de Abril, vigorava a ideologia tradicionalista que tolerava a violência contra mulher. A violência era vista como uma forma do chefe de família (o homem) mostrar autoridade e disciplina (Wall et al., 2010). Por outro lado, segundo Dutton (1994), esta visão patriarcal não provoca a violência contra mulher de forma direta, mas fornece os valores e as atitudes que muitos dos homens agressores utilizam para justificar o abuso para com as mulheres.

Na perspetiva feminista, quanto maior a ideologia patriarcal, maior a perpetuação e aceitação da violência do homem sobre a mulher (Ali & Nalyor, 2013; Smith, 1990). Por conseguinte, as feministas referem que a violência ocorre pela necessidade que o agressor tem de assumir o controlo e a dominância sobre a parceira (Ali & Nalyor, 2013; Costa, 2003). Por outro lado, Stets e Straus (1990) defendem a existência de igualdade na perpetuação da violência, apontando quatro motivos para o facto de as mulheres serem igualmente violentas como os homens: (i) as mulheres alvo de agressão podem incorporar essa violência nos seus comportamentos; (ii) a existência de violência recíproca no casal; (iii) a violência numa determinada área, como a educação dos filhos pode generalizar-se ao parceiro; (iv) as normas implícitas de que a mulher pode usar violência “menor” (e.g. dar uma bofetada) em certas circunstâncias. No entanto, as feministas defendem que a ideia de simetria é errada e que a mulher sofre mais de violência que o homem (Caldwell et al., 2012).

1.6.1 Educação parental e Violência entre íntimos

Segundo Costa (2003), a educação parental e a conduta infantil e adulta desenvolvida posteriormente pela criança são fatores que estão relacionados. O autor acrescenta que os homens que receberam uma educação baseada no castigo físico e no autoritarismo, tendo assistido a violência no seio familiar, são três vezes mais propensos a comportar-se de forma abusiva para com as parceiras.

A família nuclear assume-se como fonte primária de socialização e de aprendizagem dos valores (Kalmuss & Seltzer, 1989; Seltzer & Kalmuss, 1988), e por isso, a exposição à violência na família de origem pode conduzir ao desenvolvimento de comportamentos agressivos na idade adulta (e.g. agredir parceiro(a) íntimo(a), cometer crimes violentos), (Dutton, Van Ginkel, & Starzomski, 1995). De acordo com Straus (1980, 1991 citado por Avakame, 1998), alguns efeitos da violência familiar desempenham um papel fulcral, como por exemplo: a criança passar a associar amor com violência; atribuir uma retidão moral à violência; ou acreditar que coisas importantes justificam o uso desta. No entanto, Avakame (1998) afirma que os modos pelos quais as experiências

infantis de violência se traduzem numa propensão para a violência conjugal ou comportamento agressivo na adultez não são claros, podendo o seu efeito ser mediado por variáveis como o autocontrolo. No entanto, Adamson e Thompson (1998) e Johnson et al. (2002) constataam que as crianças expostas à VI apresentam mais problemas comportamentais de externalização e internalização, comparadas às crianças que não são expostas.

1.6.2. Ideologia sexista e crenças sob o papel do homem e da mulher

O sexismo é definido como uma forma de preconceito que se reflete numa atitude negativa e inflexível para com as mulheres (Alport, 1954, citado por Costa, Leal, Oliveira, & Pereira, 2014). Este preconceito leva, por sua vez, à desigualdade de género e à forma clássica de sexismo - a hostilidade - em que se pretende justificar o poder do homem sobre a mulher, reforçando os papéis tradicionais de género.

Em 1996, Glick e Fiske conceptualizaram a teoria do sexismo ambivalente em que referem que a desigualdade de género é mantida pelas atitudes estereotipadas e crenças sobre a mulher. Esta teoria opera em duas dimensões: o sexismo hostil e o sexismo benevolente. O sexismo hostil é semelhante à visão do modelo tradicional pautado pelo preconceito e antipatia (Fields, Kloos, & Swan, 2010). O sexismo benevolente é baseado numa forma mais subtil de estereótipos em relação à mulher e evidencia uma dependência dos homens em relação as mulheres, sendo um tipo de sexismo menos restritivo e considerado a forma menos óbvia de sexismo.

A teoria do sexismo ambivalente propõe que enquanto o homem tem poder na estrutura patriarcal da sociedade, a natureza das relações heterossexuais da díade permite uma certa interdependência entre os sexos, o que de certa forma concede algum grau de poder à mulher, ainda que de uma maneira informal (Glick & Fiske, 2001). Esta teoria conjuga também três domínios que são importantes na forma como a relação de género é definida: (i) sistema social patriarcal onde o homem domina, o que origina as atitudes paternalistas em relação as mulheres; (ii) diferenciação de género ou construções sociais que segregam os homens e os papéis sociais das mulheres; (iii) heterossexualidade ou interdependência dos sexos. Cada um dos três domínios opera na dimensão do sexismo hostil e do sexismo benevolente (Fields, Kloos, & Swan, 2010).

Os constructos que fazem parte do sexismo benevolente são: (i) o paternalismo protetor, em que os homens devem fornecer proteção para as mulheres, de quem dependem para apoiar o seu papel dominante; (ii) a diferenciação de género complementar, onde homens e mulheres são fundamentalmente diferentes, sendo que as mulheres são o “melhor sexo”, mas têm um baixo estatuto que não ameaça o poder dos homens; (iii) a intimidade heterossexual, que se reflete nas relações heterossexuais

românticas, essenciais para a verdadeira felicidade na vida de ambos os sexos (Glick & Fiske, 2001).

Na dimensão do sexismo hostil, os constructos correspondentes são: (i) paternalismo dominador, onde os homens devem ter maior poder que as mulheres; (ii) diferenciação de género compensatória, em que as mulheres são inferiores aos homens em dimensões relacionadas com a competência; e (iii) hostilidade heterossexual, que funde o sexo e o poder e expressa a crença que a sexualidade das mulheres é perigosa para os homens (Glick & Fiske, 2001). Relativamente a isto, torna-se importante mencionar que Glick e Fiske (1996) constaram que tanto os homens como as mulheres tinham atitudes ambivalentes em relação ao sexo oposto.

Num estudo realizado por Fields, Kloss e Swan (2010) constatou-se que em 99% dos discursos dos sujeitos estiveram presentes ideias e ou experiências sexistas e 87% dos discursos eram mais a favor do sexismo benevolente. De acordo com os mesmos autores, as estudantes universitárias eram mais liberais em relação ao sexismo do que os seus modelos familiares femininos mais velhos e estes mesmos modelos acabavam por estar mais de acordo com as ideias tradicionais (i.e. sexismo hostil).

II. Objetivos

O foco principal deste trabalho centra-se no estudo das representações mentais da violência entre íntimos considerando o sexo e as ideologias sociais. Secundariamente, pretende-se analisar, psicometricamente, a Escala de Atitudes em relação à mulher (AWS).

Em relação ao principal foco pretende-se especificamente:

1. Perceber se há diferenças significativas entre homens e mulheres na resposta à Escala de atitudes em relação à mulher (AWS);
2. Compreender se existem diferenças na resposta à Escala de atitudes em relação à mulher (AWS), considerando a variável habilitações literárias;
3. Estudar a associação entre as atitudes em relação à mulher e as crenças sobre a violência entre íntimos com recurso à Escala de Atitudes em Relação à Mulher (AWS) e à Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC);

Pretende-se, também, perceber se as variáveis sociodemográficas (sexo e habilitações literárias) têm influência e/ou relação com as crenças que os indivíduos têm sobre a VI, mais concretamente:

1. Perceber as diferenças entre homens e mulheres sobre as ideologias sexistas ambivalentes e as ideologias ambivalentes em relação aos homens, utilizando o Inventário do Sexismo Ambivalente (ASI) e do Sexismo Ambivalente em relação aos Homens (AMI);
2. Estudar a associação entre as ideologias sexistas e as crenças legitimadoras da violência, recorrendo ao Inventário de Sexismo Ambivalente (ASI), ao Inventário de Sexismo Ambivalente em relação aos Homens (AMI) e à Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC);
3. Compreender a influência das ideologias sexistas nas crenças que legitimam o uso da violência entre íntimos, utilizando o Inventário do Sexismo Ambivalente (ASI), o Inventário do Sexismo Ambivalente em relação aos Homens (AMI) e a Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC);
4. Perceber a diferença entre homens e a mulheres relativamente às crenças que legitimam o uso da violência na relação de intimidade, com recurso à Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC);
5. Estudar as diferenças entre homens e mulheres na perpetuação do comportamento violento e o uso das táticas de resolução de conflito, utilizando a Escalas de Táticas de Conflito Revistas (CTS-2).

III. Metodologia

3.1. Descrição da amostra

A amostra é de conveniência e inclui 200 indivíduos, de ambos os sexos, entre os 18 e os 65 anos. Na Tabela 1, apresentamos as suas principais características.

Tabela1. Características sociodemográficas da amostra

	Homens (N=90)				Mulheres (N=110)			
	M	DP	Mín.	Máx.	M	DP	Mín.	Máx.
Idade	35,06	1,40	18	65	34,12	1,15	18	62
Escolaridade	3,71	0,11	1	5	4,15	0,11	1	6
Rendimento familiar (M/DP)	0,94	1,44			0,97	1,33		
Rendimento próprio (M/DP)	4,21	3,05			3,84	2,96		
N (%)								
Estado Civil								
	Solteiro				100 (50)			
	Casado				85(42,5)			
	União de facto				8(4)			
	Divorciado				6(3)			
	Viúvo				1(0,5)			
Situação Profissional								
	Estudante				63 (31,5)			
	Trabalhador estudante				6 (3)			
	Empregado				111(55,5)			
	Desemprego				18(9)			
	Reformado				2 (1)			

M= Média; DP=Desvio Padrão; Mín.=Mínimo; Máx.=Máximo.

3.2. Instrumentos

O protocolo de avaliação é constituído por um questionário sociodemográfico e seis questionários de autorresposta apresentados de seguida.

Questionário sociodemográfico

O questionário de dados sociodemográficos, construído para o efeito, teve como principal objetivo a recolha da seguinte informação sobre os participantes: a idade, a escolaridade, a situação profissional, o estado civil e os rendimentos.

Inventário de Sexismo Ambivalente (ASI)

O Inventário de Sexismo Ambivalente (ASI) foi construído por Glick e Fiske (1996) e adaptado para a população portuguesa por Costa et al. (2014). Tem como objetivo medir os constructos de sexismo ambivalente hostil e benevolente que se baseiam em papéis de género tradicionalistas e justificam a estrutura social patriarcal (Costa, Leal, Oliveira, & Pereira, 2014). Assim, as atitudes negativas em relação à mulher, em relação ao poder (paternalismo protetor e dominante), diferenciação de género (complementaridade e competitividade), e heterossexualidade íntima (intimidade heterossexual e hostilidade sexual), são avaliadas por este inventário, permitindo assim decidir o tipo de sexismo ambivalente, isto é, se hostil, se benevolente (Glick & Fiske, 1996).

O Inventário de Sexismo Ambivalente é composto por 22 itens que medem as atitudes sexistas em relação à mulher. Este foi dividido em duas dimensões em que 11 itens se referem a uma forma de sexismo benevolente e os restantes 11 a uma forma de sexismo hostil. Este inventário é constituído por uma estrutura fatorial multidimensional, retratando as formas de sexismo moderno, em dois fatores principais: o fator sexismo hostil e o sexismo benevolente. O sexismo benevolente, por sua vez, divide-se em três subfatores: paternalismo protetor, diferenciação de género complementar, intimidade heterossexual (Costa, Leal, Oliveira, & Pereira, 2014; Glick & Fiske, 1996). Ao nível dos procedimentos de aplicação, esta escala é aplicada individualmente, sem tempo limite. Os itens são cotados utilizando uma escala tipo *likert* de 5 pontos em que o 1 corresponde ao “discordo totalmente” e o 5 ao “concordo totalmente”. No que concerne às qualidades psicométricas deste inventário, os estudos de validação de Glick e Fiske (1996, 1999) salientaram que este apresenta índices de fiabilidade interna aceitáveis, entre .37 e .74. Contudo, as qualidades psicométricas da adaptação da escala para a população portuguesa mostram uma boa fiabilidade interna, entre .88 e .93.

Inventário de Ambivalência em relação aos Homens (AMI)

O Inventário de Ambivalência em relação aos homens (AMI) foi construído por Glick e Fiske (1999) e adaptado para a população portuguesa por Costa et al. (2014). Este inventário, foi criado, baseado na resposta dada pelas mulheres aos fatores sociais associados com os comportamentos de género ambivalentes dos homens (Costa, Leal, Oliveira, & Pereira, 2014). Pretende, ainda, avaliar as atitudes sexistas ambivalentes em relação aos homens permitindo, assim, decidir o tipo de sexismo ambivalente, ou seja, se é hostil ou se é benevolente.

É constituído por 20 itens, 10 dos quais as afirmações referem-se a uma forma de sexismo benevolente e as outras 10 afirmações referem-se a uma forma de sexismo hostil. O inventário possuiu uma estrutura multidimensional retratando as formas de sexismo moderno e está dividido em dois principais fatores: Hostilidade em relação ao homem

sendo que contém três subfatores (o ressentimento do paternalismo; a diferenciação de género compensatória e hostilidade heterossexual). O segundo fator é a Benevolência em relação ao homem que contém três subfatores (o maternalismo, a diferenciação de género complementar e a intimidade heterossexual) (Costa, Leal, Oliveira, & Pereira, 2014). Ao nível dos procedimentos de aplicação, esta escala é aplicada individualmente, sem tempo limite. Os itens são cotados recorrendo uma escala tipo likert de 5 pontos em que o 1 corresponde ao “discordo totalmente” até ao 5 que corresponde ao “concordo totalmente”.

No que concerne às qualidades psicométricas deste inventário, os estudos de validação de Glick e Fiske (1996, 1999) evidenciaram que o inventário apresenta índices de fiabilidade interna aceitáveis, entre .83 e .87. No entanto, as qualidades psicométricas da adaptação da escala para a população portuguesa mostraram uma boa fiabilidade interna, entre .94 e .91 (Costa, Leal, Oliveira, & Pereira, 2014).

Escala de Crenças Sobre Violência Conjugal – E.C.V.C.

A Escala de Crenças sobre Violência Conjugal construída por Machado, Matos e Gonçalves (2006) avalia as crenças em relação à violência física e psicológica exercida no contexto de relações do tipo conjugal.

É composta por 25 itens distribuídos por quatro fatores ou crenças específicas que poderão contribuir para essa legitimação: (i) “legitimação e banalização da pequena violência”, (ii) “legitimação da violência pela conduta da mulher”, (iii) “legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas”, (iv) “legitimação da violência pela perseveração da privacidade familiar” (Machado, Matos, & Gonçalves, 2006).

Ao nível dos procedimentos de aplicação, esta escala pode ser aplicada em grupo ou individualmente, sem tempo limite. Os itens são cotados de 1 a 5 pois estão todos formulados no mesmo sentido, o resultado total é obtido fazendo o somatório das respostas a cada um dos itens. A pontuação total mostra o grau de tolerância/aceitação do indivíduo em relação à violência conjugal, sendo ainda possível calcular a nota de cada fator permitindo ver qual o tipo de crenças específicas envolvidas na tolerância à violência.

No que concerne às qualidades psicométricas a versão final da escala têm uma consistência interna de .93 obtida com o *alpha* de *Cronbach*, apresentando assim um elevado grau de consistência interna.

Escala de Táticas de Conflito Revista (CTS- 2)

A escala de Táticas de Conflito Revista (CTS_2) foi construída por Murray Straus (1970), sendo adaptadas para a população portuguesa por Figueiredo (2006). Permitem avaliar o modo como os casais resolvem os seus conflitos através de estratégias de negociação ou de abuso: (a)

abuso físico sem sequelas; (b) agressão psicológica; (c) abuso físico com sequelas; (d) coerção sexual.

O CTS-2 é composto por 39 itens agrupados em pares de perguntas destinados ao participante e ao companheiro(a), perfazendo um total de 78 questões (Straus et al., 1996). As questões contabilizam o número de ocorrências durante o último ano, quer por parte do indivíduo quer pelo companheiro, incluindo oito categorias de resposta, das quais as primeiras seis destinadas a determinar a prevalência e cronicidade no último ano: [(1) uma vez durante o ano passado, (2) duas vezes durante o ano passado, (3) 3 a 5 vezes durante o ano passado, (4) 6 a 10 vezes durante o ano passado, (5) 11 a 20 vezes durante o ano passado, (6) mais de 20 vezes durante o ano passado], e as restantes categorias destinadas a determinar a prevalência global: [(7) não durante o ano passado mas ocorreu anteriormente noutra relação] a inexistência deste tipo de abuso [(0) nunca aconteceu] e o valor “A” para classificar os abusos sofridos em relações passadas (Figueiredo, 2006).

A versão portuguesa do CTS_2 apresenta um valor do *alfa de Cronbach* para a escala total de perpetração de = .79 e para a escala total de vitimização de .80 (Figueiredo, 2006). Neste trabalho, a fiabilidade para a escala do total de perpetração é de = .80 e para a escala total de vitimização de .78.

Escala de atitudes em relação à mulher (AWS)

A escala de atitudes em relação à mulher foi construída por Spence e Helmreich (1972). No entanto, a versão utilizada neste estudo é a versão reduzida estudada pelos mesmos autores em 1978. Pretende avaliar as crenças das pessoas sobre responsabilidades, privilégios e comportamentos em várias esferas tradicionalistas que têm dividindo as linhas de género entre homens e mulheres ao longo do tempo.

Neste estudo, utilizámos a versão reduzida desta escala constituída por 15 itens cotados numa escala de *likert* de 4 pontos, em que o (0) corresponde ao concordo totalmente, (1) concordo moderadamente, (2) discordo moderadamente e o (3) discordo totalmente.

A escala de atitudes contra a mulher foi amplamente estudada na década de setenta, do século XX, verificando-se que a escala apresenta uma estrutura unifatorial, elevados *alfas de Cronbach* e um teste-reteste satisfatório. No que concerne à consistência interna, foi obtido por Spence e Hahn (1997) um alfa de Cronbach de (.84) para os homens, e (.81) para as mulheres. Através deste estudo os autores sugerem que a Escala de atitudes em relação à mulher (AWS) mantém as mesmas qualidades psicométricas desde a primeira década (Spence & Hahn, 1997).

3.3. Procedimentos da Investigação

Os sujeitos inquiridos, numa primeira fase, tomaram conhecimento da investigação e do seu protocolo, sendo referidos os objetivos e esclarecidos os procedimentos. Foram ainda informados de que a sua participação seria voluntária, confidencial e anónima, devendo no final assinar um termo de consentimento informado.

Consideraram-se como critérios de exclusão: (i) indivíduos com idade menor de 18 anos e superior a 65 anos; (ii) $\geq 5\%$ de *missings* no protocolo de investigação.

3.4. Procedimentos Estatísticos

Para o tratamento estatístico dos dados recolhidos, recorreu-se à versão 22.0 do programa *Statistical Package for Social Sciences*. Considerando os objetivos definidos, para a análise dos resultados da investigação, recorreu-se à verificação da consistência interna dos instrumentos, seguindo os critérios de Pestana e Gageiro (2008). Para a existência de diferenças entre homens e mulheres, recorreu-se aos testes paramétricos do *t* de *Student* (e.g. *t student* para amostras independentes) e ANOVA de duas vias para a dimensão do efeito das diferenças (eta quadrado parcial), segundo a classificação de Cohen (1988). Neste caso, um valor de eta quadrado parcial menor que $\leq .05$ é considerado pequeno, entre $.05$ e $.25$ médio, entre $.25$ e $.50$ elevado e muito elevado se $\geq .5$ (Pestana & Gageiro, 2003). Foi realizada, também, a análise da variância obtida através do respetivo teste de *Levene* (Pestana & Gageiro, 2008).

O teste paramétrico de Pearson foi utilizado para obtenção de matrizes de correlação. Os valores de referência usados, para avaliar os quocientes de correlação, foram os propostos por Pestana e Gageiro (2003), segundo os quais: um quociente de correlação inferior a $.20$ reflete uma associação muito baixa; entre $.21$ e $.39$ uma associação baixa; entre $.40$ e $.69$ é considerada moderada; de $.70$ a $.89$ elevada e um valor maior do que $.90$ reflete uma associação muito elevada.

Para além disto realizaram-se regressões lineares simples para prever o comportamento de uma variável quantitativa (variável dependente) a partir de uma ou mais variáveis relevantes de natureza essencialmente de intervalo ou rácio (variáveis independentes), informando sobre a margem de erro dessas previsões (Pestana & Gageiro, 2008).

IV. Apresentação e Discussão dos Resultados

4.1. Estudo Psicométrico da escala (AWS): tradução, estrutura fatorial e consistência interna

A Escala de Atitudes em relação à mulher (AWS) construída por Spence e Helmreich (1972), não existindo nenhuma versão para a população portuguesa, foi traduzida para português e, numa segunda fase, a versão assim obtida retrovertida para a língua inglesa. A tradução para português e a retroversão para o inglês foi realizada por um especialista nas duas línguas com formação em Psicologia. Este processo foi revisto três vezes, sendo modificadas algumas expressões. Os itens que sofreram alterações foram o item 2, 3, 4, 5 e 10. A escala de *Likert* de 4 pontos, foi mantida, em que o zero (0) corresponde ao concordo totalmente, um (1) ao concordo moderadamente, dois (2) ao discordo moderadamente e o três (3) ao discordo totalmente. Os itens com asteriscos são cotados de forma inversa.

Os critérios de exclusão basearam-se na baixa fiabilidade e no não-comprometimento do constructo teórico inerente à escala, se os itens fossem eliminados com o auxílio das análises fatoriais exploratórias e da consistência interna. Assim, foram excluídos o item 1 “*Palavrões e obscenidades são mais repulsivos quando ditos por uma mulher do que por um homem.*” e o item 15 “*Existem muitos trabalhos em que se deve dar maior preferência aos homens do que às mulheres em situações de aceitação de emprego ou de promoção.*”

Estrutura fatorial

Neste trabalho, após diversas análises fatoriais exploratórias, foi possível constatar que grande parte dos itens saturava sempre no primeiro fator. Deste modo, optou-se por seguir a mesma estrutura fatorial de Spence e Helmreich (1997), visto que nos vários estudos destes autores (1972, 1976, 1980, 1984, 1992) se obteve sempre uma estrutura unifatorial. Por conseguinte, procedeu-se a uma análise fatorial em componentes principais por sexo, dado o cumprimento dos pressupostos de adequação da amostra e de homogeneidade da variância (Tabela 2). A medida de adequação da amostra (KMO) revelou-se boa para ambos os sexos. No caso dos homens foi obtido (.78) nas mulheres (.83). O Teste de Esfericidade de Bartlett foi sempre significativo para ambos os sexos ($p < .001$), para as mulheres o qui-quadrado foi ($\chi^2 = 455.606$) e para os homens ($\chi^2 = 419.253$), mesmo com a retirada de itens problemáticos (Hutcheson & Sofroniou, 1999; cit in Field, 2009).

A solução obtida já com a retirada dos dois itens problemáticos apresenta uma estrutura unifatorial para ambos os géneros, que explica 36.31% da variância para as mulheres e 34.66% para os homens. Os valores próprios (*eigenvalues*) obtidos em ambas as extrações variam entre .2 e .6 e as saturações fatoriais na sua maioria acima do .30. Os itens e as respetivas saturações ou pesos (*loadings*) e comunalidades (h^2) são apresentados na tabela 2.

Tabela 2 – Análise em componentes principais da AWS-PT: Saturações Fatoriais e Comunalidades por sexo

Atitudes em relação à Mulher (AWS-pt)	Saturação fatorial			
	Homem		Mulher	
	F1	h ²	F1	h ²
2: Nas condições económicas atuais as mulheres são mais ativas trabalhando fora de casa, os homens devem partilhar tarefas domésticas como lavar loiça e tratar da roupa.	.470	.221	.530	.281
3: É insultuoso para as mulheres terem de permanecer obedientes ao serviço do casamento.	.382	.146	.395	.156
4: Uma mulher tem tanto direito como um homem de propor casamento a alguém	.632	.400	.581	.338
5: As mulheres devem preocupar-se menos com os seus direitos e mais em serem boas mães e esposas.	.596	.355	.378	.143
6: As mulheres devem assumir o seu lugar merecedor no mundo dos negócios e em todas as profissões juntamente com os homens.	.619	.383	.622	.387
7: Uma mulher não deve esperar ir aos meus sítios ou ter a mesma liberdade de ação que os homens	.786	.618	.624	.389
8: É ridículo que uma mulher conduza uma locomotiva e que um homem dobre meias	.789	.623	.791	.625
9: A liderança intelectual de uma comunidade deve ser feita maioritariamente por homens.	.729	.532	.765	.585
10: As mulheres devem ter as mesmas oportunidades que os homens no que diz respeito à aprendizagem de várias profissões.	.680	.462	.794	.630
11: Mulheres que ganhem tanto como os seus companheiros devem suportar a despesa por igual quando saem juntos.	.487	.238	.530	.281
12: Numa família, deve-se encorajar mais os filhos do que as filhas para seguirem o ensino superior.	.387	.150	.652	.427
13: Em geral, o pai deve ter mais autoridade do que a mãe na educação dos filhos.	.537	.288	.662	.438
14: A liberdade económica e social vale muito mais para as mulheres do que a aceitação do ideal de feminilidade criado pelos homens.	.257	.066	.207	.043
Valores Próprios (<i>eigenvalues</i>)	34.66		36.31	
Variância Explicada Acumulada	34.66		36.31	

Consistência Interna

Os valores do alfa de Cronbach, obtidos no âmbito da análise da consistência interna da escala total, apresentam uma boa consistência interna ($\alpha = .825$), segundo Pestana e Gageiro (2003). A exclusão de itens não evidencia um aumento substancial neste indicador. Contudo, a exclusão do item 14 (“*A liberdade económica e social vale muito mais para as mulheres do que a aceitação do ideal de feminilidade criado pelos homens*”) levaria a um aumento da consistência interna da escala para .836. Esta escala mantém assim boas qualidades psicométricas, como referenciado nos estudos de Spence e Helmreich (1997).

4.2. Estudos sobre as Representações mentais da violência entre íntimos

4.2.1 Análise da influência das respostas ao AWS-PT em função do sexo

Os resultados obtidos através da Anova e do *t* de *student*, utilizada para estudar a influência da variável sexo sobre a escala Atitudes em relação à mulher (AWS-PT), são estatisticamente significativos (tabela 3). As mulheres evidenciam atitudes mais igualitárias do que os homens. No entanto, as dimensões do efeito são médias (tabela 3). Este resultado encontra-se em conformidade com o dos autores de Karakurt e Cumbie (2012), Spence e Helmreich (1997) onde as mulheres valorizam mais a igualdade entre homens e mulheres.

Tabela 3 - Média (M) e Desvio-Padrão (DP) da AWS por Sexo (ANOVA para amostras independentes e *t* de *student*)

Instrumento	Masculino (n= 90)	Feminino (n=110)	$F_{(1,198)}$	$t_{(1,198)}$	<i>p</i>	η^2
AWS	M (DP) 29.66(5.33)	M(DP) 32.1(4.82)	1.530***	-3.499	.001	.058

Nota. * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$. AWS = Atitudes em relação em relação a mulher

4.2.2 Análise da influência das respostas ao AWS-PT em função das habilitações literárias

Testou-se a influência da variável habilitações literárias nas atitudes em relação à mulher. Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre diferentes classes de habilitações literárias, principalmente entre os participantes com o ensino secundário e superior, sendo a dimensão do efeito das diferenças médio. De um modo

geral, quanto maiores forem as habilitações literárias maiores atitudes igualitárias (Bolzendahl & Myers, 2004) (tabela 4).

Tabela 4 - Média (M) e Desvio-Padrão (DP) da AWS por Sexo (ANOVA para amostras independentes)

	1.º ciclo (n= 10)	2.ºciclo (n=48)	Secundário (n=70)	Ensino superior (n=72)	$F_{(1,198)}$	p	η^2
AWS	M (DP) 26.10(5.17)	M (DP) 29.0(4.60)	M (DP) 30.43(5.31)	M (DP) 33.68(4.16)	14,38*	.000	.180

Nota. * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$. AWS = Atitudes em relação em relação a mulher

4.2.3 Associação entre as escalas Atitudes em relação à mulher (AWS) e a escala Crenças sobre a Violência Conjugal (ECVC)

No que diz respeito às associações entre a escala de atitudes em relação à mulher (AWS) e a escala de crenças sobre violência conjugal (ECVC), o objetivo foi perceber qual o tipo de relação entre os instrumentos. Assim, foi possível constatar associações moderadas e negativas (tabela 5).

Deste modo, quanto maior forem as atitudes igualitárias menor as crenças que legitimam: (i) a banalização da pequena violência; (ii) a violência pela conduta da mulher; (iii) a violência pela sua atribuição a causas externas e (iv) a violência pela perseveração da privacidade familiar (Willis et al., 1996; Ferrer-Pérez & Bosch-Fiol, 2014; Fanslow & Gulliver, 2015).

Tabela 5 – Correlações entre os fatores do ECVC e AWS

Instrumentos	1.	2.	3.	4.	5.
1. ECVC Fator 1	1				
2. ECVC Fator 2	.890**	1			
3. ECVC Fator 3	.690**	.837**	1		
4. ECVC Fator 4	.769**	.857**	.804**	1	
5. AWS	-.561**	-.572**	-.527**	-.506**	1

Nota. * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$. ECVC Fator 1= fator legitimação da Pequena Violência; ECVC Fator 2= Legitimação da Violência pela Conduta da Mulher; ECVC Fator 3= Legitimação da Violência pela sua Atribuição há Causas Externas; ECVC Fator 4= Legitimação da Violência para a Perseveração da Privacidade Familiar; AWS= atitudes em relação à mulher

4.2.4 Análise da influência da variável sexo na resposta ao Inventário de Sexismo Ambivalente (ASI) e ao Inventário de Ambivalência em relação ao Homem (AMI)

Para avaliar se existem diferenças significativas nas respostas ao Inventário de sexismo ambivalente (ASI) e ao Inventário de ambivalência em relação aos homens (AMI) em função do sexo, recorreu-se a ANOVA (cf. tabelas 6 e 7).

Os resultados obtidos evidenciam diferenças estatisticamente significativas, embora a dimensão dessas diferenças seja média no que concerne ao total do inventário do Sexismo Ambivalente (ASI), sendo os homens mais sexistas do que as mulheres. No fator Sexismo Hostil (ASI) existem diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres sendo que os primeiros evidenciam um sexismo hostil sobre o sexo oposto. Desta forma, os homens demonstram mais crenças sexistas sobre as mulheres, reforçando a diferenciação entre sexos, e de algum modo defendendo a ideologia tradicionalista dos papéis de género (Costa, Leal, Oliveira, & Pereira, 2015; Fields, Kloos, & Swan, 2010). O fator Diferenciação de Género Complementar (ASI) apresenta diferenças estatisticamente significativas entre os indivíduos, embora o efeito dessas diferenças não seja relevante. Este resultado pode estar relacionado com a crença de que o homem trabalha fora de casa e a mulher dentro de casa. Assim, existe uma divisão tradicional do trabalho entre sexos, criando uma complementaridade de papéis, onde a mulher compensa pela ideia de ser alguém mais sensível aos sentimentos dos outros, contrapondo com o facto de o homem apresentar uma personalidade mais racional (Glick & Fiske, 1996). Em relação ao fator Intimidade Heterossexual, existem diferenças significativas entre homens e mulheres, sendo que os homens evidenciam um resultado superior, o que significa que estes percebem a sexualidade da mulher de forma hostil, perspectivando que a sexualidade será uma forma de a mulher conseguir a dominância (Glick & Fiske, 1996; 2001).

No fator hostilidade em relação aos homens (AMI) existem igualmente diferenças significativas, demonstrando que as mulheres manifestam maior hostilidade em relação ao sexo oposto. Este resultado vai ao encontro da teoria de Glick e Fiske (1999 cit in Costa, Leal, Oliveira & Pereira, 2015) onde os indivíduos, numa condição de subordinação e de inferioridade ou que lidam com personalidades sociais negativas, acabam por criar estereótipos ou crenças negativas, no que concerne à dominância do outro, neste caso concreto, dos homens. No estudo de Gaunt (2013), também as mulheres demonstraram não concordar com a estrutura social patriarcal, defendendo um homem cuidador não tradicionalista.

Na dimensão e nos fatores Benevolência em relação aos homens (AMI), existem diferenças estatisticamente significativas, com os homens a obter um resultado superior às mulheres. Assim, os homens aparentam considerar que são mais preocupados em assegurar o bem-estar e a

segurança das mulheres, que correm mais riscos e necessitam que as mulheres cuidem deles e da casa (isto corresponde a fatores como maternalismo e diferenciação de género complementar - AMI). Adicionalmente tendem a considerar que as mulheres são mais felizes tendo um homem ao seu lado (isto corresponderá a intimidade heterossexual- AMI). Os estudos de Glick e Fiske (2004) e Silván-Ferrero, Bustillos e López (2007), vão ao encontro destes resultados, pois também aí os homens pontuam mais que as mulheres nesta dimensão. Segundo estes autores, este fenómeno indica que nas sociedades tradicionalistas, onde há mais sexismo hostil, a mulher aceita e é mais benévola como forma de conseguir proteção económica e emocional. Allen et al. (2009) constatou que os homens com mais atitudes sexistas benevolentes reportavam menor violência contra as suas mulheres.

Tabela 6 – Médias (M) e Desvio-padrão (DP) para as subescalas e Fatores do ASI para a Amostra total por Sexo

Instrumento	Masculino (n=90)	Feminino (n=110)	$F_{(1,198)}$	η^2
	M(DP)	M(DP)		
ASI_Total	67.93 (8.79)	62.51 (9.03)	18.26***	.084
ASI_SH	35.00 (5.48)	30.39 (5.19)	37.04***	.158
ASI_SB	32.93 (5.50)	32.12 (5.84)	1.01	.005
ASI_PP	12.14 (2.41)	11.41 (2.54)	4.32	.021
ASI_DGC	8.54 (2.31)	9.53(2.22)	9.32**	.045
ASI_IH	12.24 (2.96)	11.18 (2.97)	6.34**	.031

Nota. * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$. ASI_total=Valores totais do Inventário do Sexismo Ambivalente. ASI_SH=Sexismo hostil. ASI_SB=Sexismo benevolente. ASI_PP= Paternalismo Protetor (subfator pertencente do sexismo benevolente).ASI_DGC=Diferenciação de Género Complementar (subfator pertencente do sexismo benevolente).ASI_IH= Intimidade Heterossexual (subfator pertencente do sexismo benevolente).

Tabela 7 – Médias (M) e Desvio-padrão (DP) para as subescalas e Fatores do AMI para a Amostra total por Sexo

Instrumento	Masculino	Feminino	$F_{(1,198)}$	η^2
	(n=90)	(n=110)		
	M(DP)	M(DP)		
AMI_Total	55.06 (9.74)	56.73 (9.83)	1.44	.007
AMI_HH	25.68 (5.61)	30.42(6.16)	31.71***	.138
AMI_RP	8.36(2.26)	9.93(2.18)	24.80***	.111
AMI_DGC	6.86 (2.34)	9.29 (2.66)	45.99***	.189
AMI_HHetero	10.47(2.58)	11.20(2.74)	3.72	.018
AMI_BH	29.38(6.01)	26.31 (5.42)	14.35***	.068
AMI_BM	7.10(2.23)	6.45(2.02)	4.60*	.023
AMI_DGCO	10.16 (2.26)	8.97 (2.14)	14.36***	.068
AMI_IH	12.12 (3.11)	10.88 (3.21)	7.61**	.037

Nota. * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$. AMI_total= Valores totais do Inventário do Sexismo ambivalente em relação aos homens. AMI_HH= Hostilidade em relação aos homens. AMI_RP=Ressentimento do Paternalismo (pertence a escala hostilidade em relação aos homens). AMI_DGC=Diferenciação de género compensatória (pertence a escala hostilidade em relação aos homens). AMI_HHetero= Hostilidade Heterossexual (pertence a escala hostilidade em relação aos homens). AMI_BH= Benevolência em relação aos homens. AMI_BM= Benevolência em relação ao homem subfator maternalismo. AMI_DGCO= Diferenciação de Género Complementar (pertence a escala Benevolência em relação aos homens). AMI_IH= Intimidade Heterossexual (pertence a escala Benevolência em relação aos homens).

4.2.5 Associações entre os Inventários de Sexismo Ambivalente (ASI), Inventário de Sexismo ambivalente em relação aos homens (AMI) e a Escala de Crenças sobre violência Conjugal (ECVC)

As correlações entre os diferentes instrumentos utilizados neste estudo estão apresentadas na tabela A1 (cf. Anexo A). No que concerne às correlações entre a Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal e o Inventário do Sexismo Ambivalente (ASI) existe uma correlação moderada. Existe, ainda, correlação moderada entre o total da Escala de Crenças sobre a violência conjugal (ECVC) e (i) benevolência em relação aos homens (AMI), (ii) maternalismo em relação ao homem (AMI), e uma associação baixa com o total do Inventário de Sexismo Ambivalente em relação aos homens (AMI).

Estes resultados podem significar que quanto maior forem as atitudes ou estereótipos sexistas, maior tenderá a ser a justificação para o uso da violência nas relações íntimas (e.g. agressão verbal, física e sexual) (Forbes & Adams-Curtis, 2001; Forbes et al., 2004).

O fator banalização da pequena violência está correlacionado moderadamente com o (i) sexismo ambivalente escala total (ASI); (ii) benevolência em relação aos homens (AMI); (iii) maternalismo em relação aos homens (AMI). Este mesmo fator tem, ainda, uma associação baixa com o sexismo ambivalente hostil e benevolente (ASI). Desta forma, verifica-se que quanto maior o estereótipo sexista, maior é a legitimação da banalização da pequena violência. Parrot e Zeichner

(2003) concluíram que as crenças sexistas, a hostilidade para com as mulheres e os elevados níveis de raiva dos homens eram apresentados como justificação de comportamentos violentos para com as parceiras.

O fator legitimação da violência pela conduta da mulher está correlacionado moderadamente com o (i) sexismo ambivalente (ASI-escala total); (ii) o sexismo hostil (ASI); (iii) o maternalismo em relação aos homens (AMI); (iv) benevolência em relação aos homens (AMI). Neste caso em concreto, pode indicar que quanto maior for a ideia de desigualdade de poder entre homem e mulher (onde esta tem que estar como figura de suporte ao marido), maior a legitimação do uso da violência pela sua conduta. Segundo Expósito, Herrera, Moya e Glick (2010), os homens que apoiam mais as ideias sexistas e os papéis tradicionais de género são mais propensos a agredir a parceira do que os homens que se manifestam contra estas ideias.

O fator legitimação da violência, pela sua atribuição a causas externas, está correlacionado moderadamente com o (i) sexismo ambivalente (escala total-ASI), (ii) o sexismo benevolente (ASI), (iii) benevolência em relação aos homens (AMI), (iv) o maternalismo em relação aos homens (AMI), (v) a intimidade heterossexual em relação aos homens (AMI). Estes resultados podem ser interpretados considerando que a dependência do homem e da mulher em relação um ao outro mais a atitude cuidadora da mulher em relação ao homem são variáveis que se relacionam com a maior a legitimação do uso da violência pela atribuição a causas externas (e.g. álcool, desemprego) (Yamawaki, Ostenson, & Brown, 2009; Whitaker, 2014).

O fator legitimação da violência para a perseveração da privacidade familiar está modernamente correlacionada com o (i) sexismo ambivalente (escala total -ASI); (ii) o sexismo benevolente (ASI); (iii) a benevolência em relação aos homens (AMI). O que indica que quanto maiores forem os estereótipos acerca do papel da mulher e da crença da necessidade do homem de ter uma mulher que cuide dele e à qual garanta um estatuto socioeconómico, maior será a legitimação da violência pela perseveração da privacidade familiar (Caridade, 2011).

4.2.6 Influência do Sexismo Ambivalente (ASI) e do Sexismo Ambivalente em relação aos homens (AMI) nas Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC)

O sexismo ambivalente (escala total-ASI) explica 24.3% da variância dos resultados na escala de crenças sobre violência Conjugal (escala total-ECVC), ($\beta = .493$). (Forbes & Adams-Curtis, 2001; Forbes et al., 2004).

O sexismo ambivalente em relação aos homens (AMI) explica 42.9% da variância dos resultados obtidos na escala total do sexismo ambivalente (ASI) ($\beta = .655$). Este resultado pode significar a existência de uma relação recíproca entre as atitudes e ou ideologias sexistas dos homens em relação as mulheres e vice-versa. Isto está de acordo com a

ideia de Glick e Fiske (1999, cit in Costa, Leal, Oliveira & Pereira, 2015) de que as mulheres acabam por criar estereótipos face ao sexo oposto em virtude da ideologia tradicionalista de género, quando o homem assume maior poder e dominância.

A variável benevolência em relação aos homens (AMI) explica 24% das crenças que os participantes neste estudo têm sobre a violência conjugal (ECVC) ($\beta = .489$). Por outro lado, o maternalismo em relação aos homens (AMI) explica 22% das crenças sobre a violência conjugal (ECVC) ($\beta = .469$). Deste modo, a ideia de que a mulher tem que dar suporte ao homem que domina, e por sua vez este deve estar disposto a garantir o seu bem-estar, poderá estar relacionado com as crenças que validam o uso da violência na relação íntima (Yamawaki, Ostenson, & Brown, 2009; Expósito, Herrera, Moya, & Glick, 2010).

A variável benevolência em relação aos homens (AMI) explica 18.7% da banalização do uso da pequena violência (ECVC) ($\beta = .433$). Por seu turno, o subfator maternalismo do fator benevolência em relação ao homem (AMI) explica 18.9% da banalização do uso da pequena violência (ECVC) ($\beta = .435$). Assim, é possível constatar que o facto de existir esta dependência na díade faz com que seja tolerável o comportamento violento na relação conjugal (e.g. bofetada) (Makin-Byrd, & Azar, 2011; Chapleau et al., 2007).

O sexismo ambivalente (escala total - ASI) explica 16,4% dos resultados dos participantes sobre a legitimação da banalização da pequena violência (e.g. insulto, bofetada) (ECVC) ($\beta = .405$); 24,9% da variável legitimação da violência pela conduta da mulher (ECVC) ($\beta = .499$); explica 26% dos resultados no fator legitimação do uso da violência pela atribuição a causas externas (e.g. álcool, desemprego) ($\beta = .509$) e por último explica 22.5% da crença do uso da violência pela perseveração da privacidade familiar (ECVC) ($\beta = .474$). Assim, os estereótipos que os homens criam sobre o sexo oposto estão relacionados com as crenças que validam o uso da violência (Forbes & Adams-Curtis, 2001; Forbes et al., 2004).

O sexismo hostil (ASI) explica 18.2% das crenças sobre o uso da violência pela conduta da mulher ($\beta = .427$). Isto pode evidenciar que é legítimo o uso da violência quando a mulher tem uma conduta que pode ameaçar o poder do sexo oposto (Glick, Sakalli-Ugurlu, Ferreira, & De Souza, 2002). A variável benevolência em relação aos homens (AMI) explica 24.4% do uso da violência pela conduta da mulher (ECVC) ($\beta = .494$). O maternalismo em relação aos homens (AMI) explica 21.7% da legitimação do uso da violência pela conduta da mulher (ECVC) ($\beta = .466$). Isto evidencia que se a mulher ameaçar o poder do homem ou o desampare seja legítimo o uso da violência pela conduta da mesma (Expósito, Herrera, Moya, & Glick, 2010).

A variável benevolência em relação ao homem (AMI) explica 23.1% da legitimação do uso da violência pela atribuição a causas externas ($\beta = .481$). Este resultado evidencia que os homens necessitam das mulheres e estas merecem segurança e bem-estar, isto pode levar a

que o uso da violência se relacione com fatores externos e não por alguma falha da mulher, por exemplo (Yamawaki, Ostenson, & Brown, 2009; Whitaker, 2014). Por outro lado, o subfator maternalismo pertencente à dimensão benevolência em relação aos homens (AMI) explica 18.6% do uso da violência pela atribuição a causas externas (ECVC) ($\beta = .431$). Neste sentido, a crença de que o homem precisa da mulher versus a ideia de que o homem tem como função garantir proteção à mulher, pode levar a que o uso da violência seja legitimado por condições externas ao agressor (e.g. álcool, desemprego), (Yamawaki, Ostenson, & Brown, 2009).

Na tabela 8 é possível verificar a influência estatística das variáveis relativas aos inventários do sexismo sobre as crenças que legitimam a violência conjugal. Como se pode constatar, de um modo geral, os resultados obtidos revelam ser significativos.

Tabela 8 - Regressões Lineares Simples para variáveis predictoras do ASI, AMI e ECVC

Variável preditora	Variável Dependente	<i>B</i>	<i>SE</i>	β	<i>T</i> _(1,198)	<i>P</i>	<i>R</i> ²	<i>R</i> ² _a
ASI_total	ECVC_total	.701	.088	.493	7.966	.000	.243	.239
AMI_total	ECVC_total	.517	.089	.383	5.826	.000	.146	.142
ASI_total	AMI_total	.622	.051	.655	12.207	.000	.429	.427
AMI_BH	ECVC_total	1.102	.140	.489	7.898	.000	.240	.236
AMI_BM	ECVC_total	2.911	.389	.469	7.477	.000	.220	.216
ASI_total	ECVC_1	.396	.064	.405	6.230	.000	.164	.160
AMI_BH	ECVC_1	.670	.099	.433	6.751	.000	.187	.183
AMI_BM	ECVC_1	1.855	.273	.435	6.793	.000	.189	.185
ASI_SH	ECVC_1	.520	.106	.331	4.928	.000	.109	.105
ASI_SB	ECVC_1	.521	.107	.326	4.844	.000	.106	.101
ASI_total	ECVC_2	.315	.039	.499	8.094	.000	.249	.245
ASI_total	ECVC_3	.262	.031	.509	8.331	.000	.260	.256
ASI_total	ECVC_4	.203	.027	.474	7.572	.000	.225	.221
ASI_SH	ECVC_2	.434	.065	.427	6.638	.000	.182	.178
ASI_SB	ECVC_2	.394	.068	.381	5.800	.000	.145	.141
AMI_BH	ECVC_2	.494	.062	.494	7.988	.000	.244	.240
AMI_BM	ECVC_2	1.283	.173	.466	7.402	.000	.217	.213
ASI_SB	ECVC_3	.378	.053	.449	7.073	.000	.202	.198
ASI_SB	ECVC_4	.283	.045	.405	6.228	.000	.164	.160
AMI_BH	ECVC_3	.392	.051	.481	7.722	.000	.231	.228
AMI_BH	ECVC_4	.272	.044	.403	6.187	.000	.162	.158
AMI_BM	ECVC_3	.968	.144	.431	6.730	.000	.186	.182
AMI_IH	ECVC_3	.613	.097	.411	6.347	.000	.169	.165
ASI_SH	ECVC_3	.312	.054	.377	5.732	.000	.142	.138
ASI_IH	ECVC_3	.587	.105	.368	5.575	.000	.136	.131
ASI_SH	ECVC_4	.250	.046	.364	5.492	.000	.132	.128

Nota. * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$. AMI_{total}= Inventário do Sexismo ambivalente em relação aos homens; AMI_{BH}= Benevolência em relação aos homens. AMI_{BM}= Benevolência em relação ao homem subfator maternalismo; AMI_{IH}= Intimidade Heterossexual (pertence a escala

Benevolência em relação aos homens). ASI_total=Inventário do Sexismo Ambivalente; ASI_SH=Sexismo hostil. ASI_SB=Sexismo benevolente. ASI_PP= Paternalismo Protetor (subfactor pertencente do sexismo benevolente); ASI_IH= Intimidade Heterossexual (subfactor pertencente do sexismo benevolente).ECVC total= Valores totais da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal; ECVC_1= fator Legitimação da Banalização da Pequena Violência; ECVC_2= fator Legitimação da Violência pela Conduta da Mulher; ECVC_3= fator Legitimação da Violência pela sua Atribuição há Causas Externas; ECVC_4 fator Legitimação da Violência para a Perseveração da Privacidade Familiar.

4.2.7 Análise da influência da variável sexo na resposta ao questionário Escala de Crenças sobre Violência Conjugal

Para avaliar se existiam diferenças significativas nas respostas ao questionário Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal em função do sexo, recorreu-se ao teste *t* de *student* para amostras independentes e a ANOVA para obter a dimensão do efeito (i.e. o eta-quadrado parcial) (tabela 9). Os resultados obtidos evidenciam diferenças estatisticamente significativas e parecem evidenciar que os homens participantes neste estudo manifestaram uma maior concordância com a legitimação do uso da violência e como algo mais natural e comum na relação conjugal do que as mulheres (Caridade, 2011; Machado, 2005; Ventura, Ferreira, & Magalhães, 2013). Os homens apresentam uma média maior ($M=30.32$) para o fator legitimação da banalização da pequena violência, aparentando maior tendência para considerar que uma bofetada ou insulto entre parceiros não devem ser valorizados. Assim, os homens apresentam maiores valores para o fator legitimação da violência pela conduta da mulher ($M=20.73$), sugerindo que consideram mais justificável o uso da violência contra a mulher quando, por exemplo, esta é infiel, insulta o companheiro ou se não cumpre os seus deveres conjugais (Matos, Machado, & Moreira, 2003).

Por último, no fator legitimação do uso da violência pela atribuição a causas externas, os homens apresentaram também uma média mais elevada ($M=18.11$). Assim, revelam maior tendência para achar que a violência acontece com maior prevalência devido a causas como o desemprego, o consumo de álcool e de drogas e os problemas financeiros (Matos, Machado, & Moreira, 2003).

Tabela 9- Média (M) e Desvio-Padrão (DP) para o total e fatores da ECVC para a Amostra total por Sexo

Instrumento	Masculino (n=90)	Feminino (n=110)	$F_{(1,198)}$	η^2
	M(DP)	M(DP)		
ECVC Total	51.76 (12.66)	43.16 (12.49)	23.11***	.105
ECVC Fator 1	30.32 (9.18)	24.56 (8.22)	21.84***	.099
ECVC Fator 2	20.73 (5.69)	17.22 (5.58)	19.27***	.089
ECVC Fator 3	18.11(4.53)	15.85 (4.78)	11.54***	.055
ECVC Fator 4	13.77 (3.80)	11.24 (3.77)	22.11***	.100

Nota.*p < .05; **p < .01; ***p < .001. ECVC total= Valores totais da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal; ECVC fator 1= fator da Banalização da Pequena Violência; ECVC Fator 2= Legitimação da Violência pela Conduta da Mulher; ECVC Fator 3= Legitimação da Violência pela sua Atribuição há Causas Externas; ECVC Fator 4= Legitimação da Violência para a Perseveração da Privacidade Familiar

4.2.8 Estratégias de Resolução de conflitos (CTS-2): Prevalência e cronicidade do abuso considerando a variável sexo do participante

Em termos da perpetuação e vitimização, a negociação parece constituir a tática mais comum reportada entre os indivíduos, não se evidenciando diferenças significativas entre sexos no uso da negociação como método de resolução de conflitos (cf. tabela 10).

No que concerne à agressão psicológica encontram-se diferenças significativas entre sexos, ao nível da perpetração. Assim, ao nível da perpetuação, os homens parecem reportar mais vezes o uso da agressão psicológica severa contra as companheiras ($t_{(140)} = 2,436$, $p = .016$). Este resultado não é totalmente concordante com o estudo de Paiva e Figueiredo (2004), onde existe uma reciprocidade na perpetuação da agressão psicológica severa. No entanto, a agressão psicológica é o abuso mais reportado pelos participantes neste estudo, o que está em conformidade com os resultados agora obtidos. Salientam-se, ainda, diferenças significativas ao nível na perpetuação da coerção sexual. Os homens reportam mais vezes o uso da coerção sexual ligeira ($t_{(134)} = 1,975$, $p = .050$). Este resultado vai ao encontro do estudo de Paiva e Figueiredo (2004), onde os homens são mais perpetradores de coerção sexual ligeira. Para a cronicidade ou prevalência do abuso físico sem sequelas e do abuso físico com sequelas não foram encontradas diferenças, considerando a variável sexo, tanto para a vitimização como para a perpetuação.

Tabela 10 - Cronicidade (Média e Desvio Padrão) das escalas CTS-2 no ano anterior, considerando a perpetração e a vitimização para homens e mulheres

		Perpetuação			Vitimização		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
		M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)
Negociação	Emocional	2.75 (0.51)	2.62 (0.81)	2.69 (0.69)	2.76 (0.50)	2.58 (0.81)	2.66 (0.69)
	Cognitivo	2.30 (0.77)	2.19 (1.01)	2.24 (0.91)	2.30 (0.79)	2.16 (1.03)	2.22 (0.93)
	Total	5.05 (1.09)	4.81 (1.65)	4.92 (1.43)	5.06 (1.13)	4.74 (1.68)	4.88 (1.46)
Agressão Psicológica	Ligeiro	1.80 (1.24)	1.63 (1.42)	1.71 (1.34)	1.72 (1.30)	1.62 (1.45)	1.67 (1.39)
	Severo	0.29 (0.60)	0.10 (0.38)	0.19 (.50)	0.26 (.58)	0.18 (.47)	0.22 (.52)
	Total	2.09 (1.52)	1.74 (1.54)	1.90 (1.54)	1.99 (1.52)	1.80 (1.65)	1.89 (1.60)
Abuso físico sem sequelas	Ligeiro	0.39 (0.89)	0.36 (0.72)	0.37 (.80)	0.31 (0.68)	0.34 (0.83)	0.33 (.77)
	Severo	0.15 (0.69)	0.08 (0.48)	0.11 (.58)	0.10 (0.45)	0.08 (0.48)	0.09 (.46)
	Total	0.54 (1.48)	0.44 (1.04)	0.49 (1.25)	0.41 (1.02)	0.42 (1.24)	0.42 (1.14)
Abuso físico com sequelas	Ligeiro	0.01 (.10)	0.06 (.27)	0.04 (.21)	0.05 (.26)	0.01 (.09)	0.03 (.18)
	Severo	0.03 (.23)	0.04 (.30)	0.04 (.27)	0.03 (.23)	0.00 (.00)	0.02 (.16)
	Total	0.05 (.33)	0.09 (.54)	0.07 (.46)	0.08 (.41)	0.01 (.09)	0.04 (.28)
Coerção sexual	Ligeiro	0.11 (.32)	0.04 (.19)	0.07 (.26)	0.09 (.29)	0.08 (.38)	0.08 (.34)
	Severo	0.01 (.10)	0.00 (.00)	0.01 (.07)	0.02 (.15)	0.01 (.09)	0.02 (.12)
	Total	0.13 (.36)	0.04 (.19)	0.08 (.28)	0.11 (.35)	0.08 (.46)	0.10 (.41)

M= Média; DP= Desvio-Padrão

Conclusão

A violência entre parceiros íntimos ocorre em todos os países, independentemente do grupo social, económico, religioso e cultural de pertença, bem como em todas as idades logo a partir da adolescência, etnias e sexo (WHO, 2002; Brossie, McCann & Roberto, 2014). A VI ocorre sobre várias formas: coerção física, psicológica ou sexual e pode suceder em diferentes tipos de relacionamentos como o namoro, as relações conjugais ou noutra tipo de relacionamentos (ex-cônjuges, por exemplo) (McHugh & Frieze, 2006).

Deste modo, considera-se que as representações mentais em torno da violência têm um papel fundamental na conduta das pessoas, refletindo-se nas suas atitudes e opiniões acerca desta problemática. Assim, optou-se por avançar com um estudo focado nestas mesmas representações.

Um dos primeiros objetivos foi o estudo psicométrico da escala AWS-pt. No que concerne aos resultados obtidos com esta escala, foi possível constatar boas qualidades psicométricas, tal como já antes evidenciado por Spence e Helmreich (1997).

Neste trabalho pretendeu-se também explorar as atitudes em relação às mulheres, às atitudes sexistas, ao que legitima o uso da violência e à prevalência de perpetração e vitimização dos vários tipos de abusos nas relações entre íntimos nesta amostra da população geral.

Os resultados mais relevantes da escala de Atitudes em relação à mulher (AWS-pt) verificaram-se ao nível das diferenças entre sexos, sendo possível constatar que as mulheres valorizam mais as atitudes igualitárias sobre os papéis de género do que os homens. No domínio da escolaridade, observou-se que a maior escolarização se relaciona com atitudes mais igualitárias. Verificou-se, ainda, uma relação inversa entre atitudes igualitárias e crenças legitimadoras do uso da violência, ou seja, quanto maiores são as atitudes igualitárias menores são as justificações para o uso da violência.

Desta forma, é possível concluir que as atitudes sexistas se mantêm, com os homens a mostram uma conceção mais tradicionalista dos papéis de género do que as mulheres. Por outro lado, as mulheres mostram maior hostilidade e ressentimento à ideologia patriarcal do que os homens.

Concluiu-se, ainda, a existência de uma associação entre atitudes sexistas e a tolerância em relação ao uso da violência entre parceiros íntimos, evidenciando que as atitudes sexistas se relacionam com uma maior legitimação da violência. Por outro lado, é possível constatar neste estudo uma influência recíproca do sexismo ambivalente em relação a ambos os sexos, sendo que tanto homens como mulheres evidenciam atitudes estereotipadas sobre os papéis de género.

No que concerne às crenças legitimadoras da violência conjugal é possível concluir que os homens são mais tolerantes relativamente a estes comportamentos de violência na conjugalidade do que as mulheres.

Relativamente à perpetração e vitimização dos vários tipos de abuso é possível concluir que a agressão psicológica e a coerção sexual são

os abusos mais cometidos por parte dos homens como também o mais reportado pelos participantes neste estudo.

Da presente investigação destaca-se, ainda, a sua contribuição para uma maior consciencialização da violência entre íntimos que atinge vários indivíduos, países e culturas, permitindo identificar as representações mentais e as crenças patentes na sociedade.

O presente estudo tem algumas limitações que devem ser aqui consideradas. A mais geral deriva da dimensão do protocolo aplicado e dos eventuais enviesamentos provocados por esse fator. Importa também salientar que os resultados pouco significativos nas várias dimensões do CTS_2 podem estar relacionados com a desejabilidade social, ou seja, os indivíduos responderam eventualmente de acordo com que é tido como socialmente aceite. Esta questão poderá estar relacionada com alguns itens que remetem para conteúdos íntimos (i.e. conteúdos de cariz sexual) e os quais as pessoas não se sentem à vontade para responder. Como sugestão considera-se que o controlo desta variável deva ser feita em estudos futuros.

Bibliografia

- Allen, C., Swan, S., & Raghavan, C. (2009). Gender symmetry, sexism, and intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 24, 1816–1834. doi:10.1177/0886260508325496.
- Adamson, J.L. & Thompson, R.A. (1988). Coping with interparental verbal conflict by children exposed to spouse abuse and children from nonviolent homes. *Journal of Family Violence*, 13(3), 213-232.
- Aboim, S., Cunha, V. & Wall, K. (2010). Os homens e a política de família. In Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (Ed.), *A Vida Familiar no Masculino: Negociando velhas e novas masculinidades* (67-94). ISBN 978-972-8399-45-0
- Ali, A.P., & Naylor, B.P. (2013). Intimate partner violence: A narrative review of the feminist, social and ecological explanations for its causation. *Aggression and Violent Behavior*, 18(6), 611-619. doi:10.1016/j.avb.2013.07.009
- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 126(5), 651–680. doi: 10.1037//0033-2909.126.5.651
- Anderson, K. L. (1997). Gender, status, and domestic violence: An integration of feminist and family violence approaches. *Journal of Marriage and the Family*, 59(3), 655-669. doi: 10.2307/353952
- Anderson, K. L. (2005). Theorizing gender in intimate partner violence research. *Sex Roles*, 52, 853-865. doi: 10.1007/s11199-005-4204-x
- Anderson, K. L. (2010). Conflict, power, and violence in families. *Journal of Marriage and Family*, 72(3), 726-742.
- Avakame, E.F. (1998). Intergenerational transmission of violence and psychological aggression against wives. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 30(3), 193-202. doi: 10.1037/h0087062
- Atkinson, M.P., Greenstein, T.N., & Lang, M.M. (2005). For women, breadwinning can be dangerous: Gendered resource theory and wife abuse. *Journal of Marriage and the Family*, 67(5), 1137–1148. doi: 10.1111/j.1741-3737.2005.00206.x
- Burn, S. M., Aboud, R., & Moyles, C. (2000). The relationship between gender social identity and support for feminism. *Sex Roles*, 42(11), 1081-1089. doi: 10.1023/A:1007044802798
- Busch, A.L. & Rosenberg, M.S. (2004). Comparing women and men arrested for domestic violence: A preliminary report. *Journal of Family Violence*, 19(1), 49-57. doi: 10.1023/B:JOFV.0000011582.05558.2e
- Bolzendahl, C. I., & Myers, D. J. (2004). Feminist Attitudes and Support for Gender Equality: Opinion Change in Women and Men, 1974-1998. *Social Forces*, 83(2), 759-789. doi: 10.1353/sof.2005.0005

- Bodenmann, G., Meuwly, N., Bradbury, T.N., Gmelch, S., & Ledermann, T. (2010). Stress, anger, and verbal aggression in intimate relationships: Moderating effects of individual and dyadic coping. *Journal of Social & Personal Relationships*, 27(3), 408. doi:10.1177/0265407510361616
- Brossie, N., McCann, B., & Roberto, K.A. (2014). Intimate Partner Violence in Late Life: An Analysis of National News Reports. *Journal of Elder Abuse & Neglect*, 25(3), 230-241. doi: 10.1080/08946566.2012.751825
- Coleman, D.H., & Straus, M.A. (1986). Marital Power, Conflict, and Violence in a Nationally Representative Sample of American Couples. *Violence & Victims*, 1(2), 141-157. ISSN: 08866708
- Crawford, M. (1995). *Talking difference: on gender and language*. London: Sage. ISBN: 0803988281
- Costa, J.M. (2003). *Sexo, nexa e crime*. Lisboa: Colibri. ISBN: 9727723969
- Casique, L. & Furegato, A.R.F. (2006). Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14 (6), 137-144. ISSN: 1518-8345.
- Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 4 (24), 485-493.
- Cousins, A. J., & Gangestad, S.W. (2007). Perceived threats of female infidelity, Male Proprietariness, and Violence in College Dating Couples. *Violence & Victims*, 22(6), 651-668. doi:10.1891/088667007782793156
- Chapleau, K.M., Oswald, D.L., & Russell, B.L. (2007). How Ambivalent Sexism Toward Women and Men Support Rape Myth Acceptance. *Sex Roles*, 57 (1), 131-136 doi: 10.1007/s11199-007-9196-2
- Caridade, S. (2008). *Violência nas relações de intimidade: Comportamentos e atitudes dos jovens*. Universidade do Minho: Braga.
- Catlett, B.S., Toews, M.L., & Walilko, V. (2010). Men's Gendered Constructions of Intimate Partner Violence as Predictors of Court-Mandated Batterer Treatment Drop Out. *American Journal of Community Psychology*, 45(1-2), 107-123. doi:10.1007/s10464-009-9292-2
- Conselho da Europa (2011). *Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência doméstica*. Istambul: *Série de Tratados do Conselho da Europa – Nº 210*.
- Caridade, S. (2011) – *Vivências íntimas violentas: uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina. ISBN: 978-972-40-457-4
- Caldwell, J.E., Swan, S.C., & Woodbrown, V. (2012). Gender differences in IPV outcomes. *Psychology Of Violence*, 2(1), 42-57. doi:10.1037/a0026296
- Costa, P., Leal, I., Oliveira, R., & Pereira, H. (2015). Adaptação dos Inventários de Sexismo Moderno para Portugal: O Inventário de

- Sexismo Ambivalente e o Inventário de Ambivalência em relação aos Homens. *Psicologia e Reflexão Crítica*, 28(1), 126-135. doi: 10.1590/1678-7153.201528114.
- Dutton, D. (1994). Patriarchy and wife assault: The ecological fallacy. *Violence and Victims*, 9, 167-182.
- Dutton, D.G., Ginkel, C.V., & Starzomski, A. (1995). The role of shame and guilt in the intergenerational transmission of abusiveness. *Violence and Victims*, 10(2), 121-31.
- Dobash, R.P., & Dobash, R.E. (1995). Reflections on findings from the violence against women survey. *Canadian Journal of Criminology*, 37(3), 281-304.
- DeMaris, A., Benson, M.L., Fox, G.L., Hill, T., & Judy, V.W. (2003). Distal and proximal factors in domestic violence: A test of an integrated model. *Journal of Marriage and Family*, 65(3), 652-667. doi: 10.1111/j.1741-3737.2003.00652.x
- Dutton, D. (2006). Rethinking domestic violence. Vancouver, BC: UBC Press. ISBN: 9780774810159
- Dias, A., Machado, C. (2008). Género e violência conjugal – Uma relação cultural. *Análise Psicológica*, 6(4) (XXVI), 571-586. ISBM 0870-8231
- Debert, G.G., & Gregori, M.F. (2008). Violência e gênero: Novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23 (66), 165–185. ISSN 1806-9053.
- Expósito, F., Herrera, M.C., Moya, M., & Glick, P. (2010). Don't Rock the boat: Women's Benevolent Sexism Predicts Fears of Marital Violence. *Psychology of Women Quarterly*, 34(1), 36-42. doi:10.1111/j.1471-6402.2009.01539.x
- Figueiredo, C. (2006). Versão portuguesa das “Escala de Táticas de Conflito Revisadas”: estudo de validação. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8 (2), 14-39. Universidade do Minho. ISBN: 1516-3687
- Frye, N.E., & Karney, B.R. (2006). The context of aggressive behavior in marriage: A longitudinal study of newlyweds. *Journal of Family Psychology*, 20, (12–20) doi: 10.1037/0893-3200.20.1.12
- Field, A. (2009). Discovering statistics using SPSS (3ª ed.). Londres: SAGE Publications Ltd.
- Ferreira, C., & Matos, M. (2013). Post-relationship stalking: The experience of victims with and without history of partner abuse. *Journal of Family Violence*, 4, 393-402. doi: 10.1007/s10896-013-9501-5
- Fields, M.A., Kloos, B. & Swan, S. (2010). “What it means to be a Woman:” Ambivalent Sexism in Female College Students' Experiences and Attitudes. *Sex Roles*, 62, 554-567. doi: 10.1007/s11199-009-9674-9
- Fanslow, J., & Gulliver, P. (2015). Exploring risk and protective factors for recent and past intimate partner violence against New Zealand women. *Violence and Victims*, 30(6), 960-983. doi: 10.1891/0886-6708.VV-D-14-00010

- Goode, W.J. (1971). Force and violence in the family. *Journal of Marriage and Family*, 33, 624–636.
- Glick, P., & Fiske, S.T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70 (3), 491–512. doi: 10.1037/0022-3514.70.3.491
- Greer, L.F., Benson, M.L., DeMaris, A.A., & Judy, V.W. (2002). Economic distress and intimate violence: Testing family stress and resources theories. *Journal of Marriage and Family*, 64(3), 793–807. ISSN: 0022-2445
- Glick, P., Sakalli-Ugurlu, N., Ferreira, M.C., & De Souza, M. A. (2002). Ambivalent sexism and attitudes toward wife abuse in Turkey and Brazil. *Psychology of Women Quarterly*, 26 (4), 292–297. doi:10.1111/1471-6402.t01-1-00068
- Gaunt, R. (2013) Ambivalent sexism and perceptions of men and women who violate gendered family roles, *Community, Work & Family*, 16 (4), 401–416, doi:10.1080/13668803.2013.779231
- Heise, L.L. (1998). Violence against women: An integrated, ecological framework. *Violence Against Women*, 4(3), 262–290 doi: 10.1177/1077801298004003002
- Hammock, G., & O'Hearn, R. (2002). Psychological aggression in dating relationships: Predictive models for males and females. *Violence and Victims*, 17(5), 525–40. ISSN: 08866708
- Huss, M.T., Norris, S., & Palarea, R. (2011). A Pattern of Violence: Analyzing the Relationship Between Intimate Partner Violence and Stalking. *Violence and Victims*, 26 (1), 105–115. doi: 10.1891/0886-6708.26.1.103
- Johnson, M.P. (1995). Patriarchal terrorism and common couple violence: Two forms of violence against women. *Journal of Marriage and the Family*, 57, 283–294
- Johnson, R.M., Kotch, J.B., Catellier, D.J., Winsor, J.R., Dufort, V., Hunter, W., & Amaya-Jackson, L. (2002). Adverse behavioral and emotional outcomes from child abuse and witnessed violence. *Child Maltreatment*, 7(3), 179–186. doi:10.1177/1077559502007003001
- Johnson, M.P. (2006a). Conflict and control: Gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, 12(11), 1003–1018. doi: 10.1177/1077801206293328
- Johnson, M.P. (2006b). Violence and abuse in personal relationships: Conflict, terror, and resistance in intimate partnerships. In Anita Vangelisti & Daniel Perlman (Eds.), *Cambridge Handbook of Personal Relationships* (pp. 557–576). Cambridge: Cambridge University Press.
- Forbes, G. B., & Adams-Curtis, L. (2001). Experiences with sexual coercion in college males and females: Role of family conflict, sexist attitudes, acceptance of rape myths, self-esteem, and the big-

- five personality factors. *Journal of Interpersonal Violence*, *16*, 865-889.
- Forbes, G. B., Adams-Curtis, L. E., & White, K. B. (2004). First and second generation measures of sexism, rape myths and related beliefs, and hostility toward women: Their interrelationships and association with college students' experiences with dating aggression and sexual coercion. *Violence Against Women*, *10*, 236-261.
- Friend, D.J., Bradley, R.P.C., Thatcher, R., & Gottman, J.M. (2011). Typologies of intimate partner violence: Evaluation of a screening instrument for differentiation. *Journal of Family Violence*, *26*, 551-563. doi: 10.1007/s10896-011-9392-2.
- Fitzpatrick Bettencourt, K., E., Vacha-haase, T., & Byrne, Z. S. (2011). Older and younger adults' attitudes toward feminism: The influence of religiosity, political orientation, gender, education, and family. *Sex Roles*, *64*(11-12), 863-874. doi:http://dx.doi.org/10.1007/s11199-011-9946-z
- Franklin, C.A., & Menaker, T.A. (2014). Feminism, status inconsistency, and women's intimate partner victimization in heterosexual relationships. *Violence against to Women*, *1* (21) doi: 10.1177/1077801214543385
- Ferrer-Pérez, V., & Bosch-Fiol, E. (2014). Gender Violence as a Social Problem in Spain: Attitudes and Acceptability. *Sex Roles*, *70*(11-12), 506-521. doi:10.1007/s11199-013-0322-z
- Kalmuss, D., & Seltzer, J.A. (1989). A framework for studying family socialization over the life cycle: The case of family violence. *Journal of Family Issues*, *10*, 339-358. doi: 10.1177/019251389010003003
- Krebs, C., Breiding, M., Browne, A., & Warner, T. (2011). The association between different types of Intimate Partner Violence experienced by Women. *Journal Of Family Violence*, *26*(6), 487-500. doi:10.1007/s10896-011-9383-3
- Karakurt, G., & Cumbie, T. (2012). The relationship between egalitarianism, dominance, and violence in intimate relationships. *Journal of Family Violence*, *27*(2), 115-122. doi:10.1007/s10896-011-9408-y
- Lehmann, M., & Santilli, N. R. (1996). Sex differences in perceptions of spousal abuse. *Journal of Social Behavior and Personality*, *11*, 229-238. ISSN: 08861641
- MacMillan, R., & Gartner, R. (1999). When she brings home the bacon: Labor-force participation and the risk of spousal violence against women. *Journal of Marriage and the Family*, *61*(4), 947-958. ISSN: 00222445
- Machado, C., Matos, M. & Moreira, A. I. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, *33*, 69-83

- Machado, C. (2005). Violência nas famílias portuguesas: um estudo representativo na região norte. *Psychologica*, 40, 173-194
- Machado, C., Matos, M., e Gonçalves, M.M. (2006). *Manual da Escala Sobre Crenças Sobre Violência Conjugal (E.C.V.V.) e Inventário Violência Conjuga (I.V.C.)*, (2ªed). Braga: Ed. Psiquilíbrios. ISBN 978-972-98052-9-5
- McHugh, M. & Frieze, I., (2006). Intimate Partner Violence: New Directions. *Annals of the New York Academy of Science*, 1087, 121-141. University of Pennsylvania: USA. doi: 10.1196/annals.1385.011
- Maroco, J. (2007). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (3ª ed.). Lisboa: Sílabo. ISBN: 978972618452
- Manita, C. (coord.) (2009). Violência Doméstica: compreender para intervir. Guia de Boas Práticas para Profissionais de Saúde. Lisboa: CIG. Retirado a 26 de Dezembro em www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_docman&task
- Makin-Byrd, K., & Azar, S.T. (2011). Beliefs and Attributions of Partner Violence Perpetrators: The Physical and Psychological Violence of Adolescent Males. *Violence & Victims*, 26 (2), 177-190. doi:10.1891/0886-6708.26.2.177
- Machado, C., Manita, C., Abrunhosa R., & Martins, S., (2012). Escala de Crenças sobre Violência Sexual. *Análise Psicológica*, 30 (1-2), 177-191. doi: 10.14417/ap.546
- Neto, A., et al. (1999). *Estereótipo de género*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher (pp. 35-38). ISBN: 9725971647
- Nogueira, C. (2001). Um novo olhar sobre as relações sociais de género: Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian
- Paiva, C. & Figueiredo, B. (2003). Abuso no Contexto do Relacionamento Íntimo com o Companheiro: Definição, Prevalência, Causas e Efeitos. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 4 (2), 165-184. ISSN: 1645-0086
- Parrot, D. J., & Zeichner, A. (2003). Effects of Trait Anger and Negative Attitudes Towards Women on Physical Assault in Dating Relationships. *Journal of Family Violence*, 18 (5), 301-307. doi: 0885-7482/03/1000-0301/0
- Pestana, M.H. & Gageiro, J.N. (2003). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS* (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo. ISBN: 9726182972
- Paiva, C. & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, 36, 75-107.
- Pestana, M.H., & Gageiro, J.N. (2008). *Análise de dados para Ciências Sociais: A complementaridade do SPSS*. (5ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

- Quaresma, C. (2014). *Violência Doméstica - 2013. Relatório anual de monitorização*. Ministério da Administração Interna (DGAI), 8-34.
- Rhatigan, D.L., Moore, T.M. & Stewart, C. (2011). Effects of gender and confrontation on attributions of female-perpetrated intimate partner violence. *Sex Roles*, 64 (11-12), 875-887. doi: 10.1007/s11199-011-9951-2
- Seltzer, J. A., & Kalmuss, D. (1988). Socialization and stress explanations for spouse abuse. *Social Forces*, 67(2), 473-491. ISSN: 00377732
- Stets, J. E., & Straus. M. A. (1990). Gender differences in reporting marital violence and its medical and psychological consequences. In M. A. Straus & R.J. Gelles (Eds.), *Physical violence in American families: Risk factors and adaptations to violence in 8,145 families* (pp. 151-165)
- Smith, M.D. (1990). Patriarchal ideology and wife beating: A test of a feminist hypothesis. *Violence and Victims*, 5(4), 257-273.
- Six, B. & Eckes, T. (1991). A Closer Look at the Complex Structure of Gender Stereotypes. *Sex Roles*, 24, 57-71. doi: 10.1007/BF00288703
- Straus, M.A., & Sweet, S. (1992). Verbal/symbolic aggression in couples: Incidence rates and relationships to personal characteristics. *Journal of Marriage and the Family*, 54(2), 346-357. ISSN: 0022-2445
- Sugerman, D.B., & Frankel, S.L. (1996). Patriarchal ideology and wife-assault: A meta-analytic review. *Journal of Family Violence*, 11(1), 13-40. doi: 10.1007/BF02333338
- Straus, M.A., Hamby, S.L., Boney M.S. & Sugarman, D.B. (1996). The revised conflict tactics scales (CTS2): development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17(3), 283-316. doi: 10.1177/019251396017003001
- Straus, M.A. (2004). Prevalence of violence against dating partners by male and female university students worldwide. *Violence Against Women*, 10, 790-811. doi: 10.1177/1077801204265552
- Spence, J.T. & Hahn, E.D. (1997). The Attitudes Toward Women Scale and attitude change in college students. *Psychology of Women Quarterly*, 21, 17-34. doi:10.1111/j.1471-6402.1997.tb00098.x
- Silván-Ferrero, M.D., & Bustillos López, A. (2007). Benevolent Sexism Toward Men and Women: Justification of the Traditional System and Conventional Gender Roles in Spain. *Sex Roles*, 57(7-8), 607-614. doi:10.1007/s11199-007-9271-8
- Stalans, L.J., & Ritchie, J. (2008). Relationship of substance use/abuse with psychological and physical intimate partner violence: Variations across living situations. *Journal of Family Violence*, 23(1), 9-24. doi: 10.1007/s10896-007-9125-8
- Swan, S.C., Gambone, L.J., Caldwell, J.E., Sullivan, T.P., & Snow, D.L. (2008). A review of research on women's use of violence with

- male intimate partners. *Violence and Victims*, 23(3), 301-14. doi: 10.1891/0886-6708.23.3.301
- Seiffge-Krenke, I., & Burk, W.J. (2015). "Bad Romance": Links between Psychological and Physical Aggression and Relationship Functioning in Adolescent Couples. *Behavioral Science*, 5(2), 305-323. doi:10.3390/bs5020305
- Walker, L., & Browne, A. (1985). Gender and victimization by intimates. *Journal of Personality*, 53, 179–195. doi: 10.1111/1467-6494.ep9044149
- Walker, L. (1989). Psychology and violence against women. *American Psychologist*. 44(4), 695-702. doi: 10.1037//0003-066X.44.4.695
- Willis, C. E., & Hallinan, M. N. (1996). Effects of Sex Role Stereotyping Among European American Students on Domestic Violence Culpability Attributions. *Sex Roles*, 34(7-8), 475-491. doi: 10.1007/BF01545027
- Walker, L.E. (2009). *The Battered Woman Syndrome: with research associates.* (3rd). New York: Springer Publishing Company. ISBN: 978-0-8261-4315-0
- Whitaker, M.P. (2014). Motivational attributions about intimate partner violence among male and female perpetrators. *Journal Interpersonal Violence*, 29 (3) 517-535 doi: 10.1177/0886260513505211
- World Health Organization. (2002). Violence by intimate partners. In E. G. Krug, L. L. Dahlberg, J. A. Mercy, A. B. Zwi, & R. Lozano (Eds.), *World report on violence and health* (Chap 4, pp. 88–121).
- World Health Organization (2005). International research on prevalence of violence against women. In World Health Organization (Ed.), *WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women*. (pp.4-6) ISBN: 92 4 159358 X
- World Health Organization (2010). The nature, magnitude and consequences of intimate partner and sexual violence. In World Health Organization (Ed.), *Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating evidence*, 15-17
- Yamawaki, N., Ostenson, J., & Brown, R.C. (2009). The functions of gender role traditionality, ambivalent sexism, injury, and frequency of assault on domestic violence perception: A study between Japanese and American college students. *Violence against Women*, 15 (9), 1126–1142 doi: 10.1177/1077801209340758
- Zink, T.M., & Fisher, B.S. (2006) The Prevalence and Incidence of Intimate Partner and Interpersonal Mistreatment in Older Women in Primary Care Offices. *Journal of Elder Abuse & Neglect*, 18 (1), 83-105. doi:10.1300/J084v18n01_04

ANEXOS

Anexo A - Resultados do teste de *Pearson* para testar a correlação entre a Escala de Crenças em relação à violência, Inventário do Sexismo Ambivalente (ASI) e o Inventário do Sexismo Ambivalente em relação aos Homens (AMI)

Tabela A1 - Correlações entre as variáveis ECVC e ASI, AMI

Instrumentos	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.	13.
1. ECVC total	1	.959**	.949**	.851**	.868**	.493**			.302**	.361**	.489**	.469**	
2. ECVC Fator1	.959**	1	.890**	.690**	.769**	.405**	.331**	.326**			.433**	.435**	
3. ECVC Fator2	.949**	.890**	1	.837**	.857**	.499**	.427**	.381**		.339**	.494**	.466**	
4. ECVC Fator3	.851**	.690**	.837**	1	.804**	.509**	.377**	.449**	.334**	.386**	.481**	.431**	.441**
5. ECVC Fator4	.868**	.769**	.857**	.804**	1	.474**	.364**	.405**		.355**	.403**	.379**	
6. ASI Total	.493**	.405**	.499**	.509**	.474**	1							
7. ASI SH		.331**	.427**	.377*	.364**		1						
8. ASI SB		.326**	.381**	.449**	.405**			1					
9. ASI PP	.302**			.334**					1				
10. ASI IH	.361**		.339**	.386**	.355**					1			
11. AMI BH	.489**	.433**	.494**	.481**	.403**						1		
12. AMI BM	.469**	.435**	.466**	.431**	.379**							1	
13. AMIIH				.441**									1

Nota. * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$. ECVC Fator 1= fator da Banalização da Pequena Violência; ECVC Fator 2= Legitimação da Violência pela Conduta da Mulher; ECVC Fator 3= Legitimação da Violência pela sua Atribuição há Causas Externas; ECVC Fator 4= Legitimação da Violência para a Perseveração da Privacidade Familiar; ASI total= Inventário do Sexismo Ambivalente (escala total); ASI SH=Sexismo Hostil; ASI SB= Sexismo Benevolente; ASI PP= fator Paternalismo Protetor; ASI IH= fator Intimidade Heterossexual; AMI BH= fator Benevolência em relação aos Homens do Inventário de Sexismo Ambivalente em relação aos Homens; AMI BM= subfactor maternalismo do fator Benevolência em relação aos Homens; AMI IH= subfactor do fator Intimidade Heterossexual do Inventário de Sexismo Ambivalente em relação aos homens.

Anexo II

Protocolo de Investigação

